

As comemorações do 1.º de Maio e as suas lições

GRANDIOSA AFIRMAÇÃO UNITÁRIA DAS MASSAS TRABALHADORAS!



O impressionante aspecto do Estádio 1.º de Maio e, em baixo, da Praça General Humberto Delgado, no Porto. Mais de um milhão de trabalhadores celebrou o Dia Mundial dos Trabalhadores

O 1.º DE MAIO DEMONSTROU:

- A forte unidade dos trabalhadores
- A poderosa unidade do Movimento Sindical
- A disposição dos trabalhadores de defenderem firmemente os seus direitos, as liberdades e as outras conquistas da Revolução
- A determinação de lutar contra a política antiope-rária e de recuperação capitalista, agrária e imperialista conduzida pelo Governo
- A vontade dos trabalhadores em, pelo diálogo e pelo trabalho, contribuírem construtiva e decisivamente para a resolução dos graves problemas que o país enfrenta

Págs. 3, 4, 5, 6 e 7



GRAVES AMEAÇAS SOBRE AS NACIONALIZAÇÕES

Pág. 3

O PCP FACE AO APROVEITAMENTO DA ENERGIA NUCLEAR

Pág. 10

Entrevista com o camarada Carlos Costa: AS AUTARQUIAS LOCAIS À ESPERA DE LEGISLAÇÃO

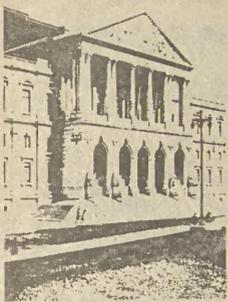
Pág. 12

PRATICAMENTE ASSEGURADA A META DOS 50 MIL VAMOS ULTRAPASSÁ-LA! A CAMPANHA ACABA A 29 DE MAIO!

POSIÇÃO EM 29 DE ABRIL — TOTAIS ACUMULADOS

Comissão Coordenadora Central	6 214 082\$10
«AVANTE!»	1 153 927\$90
OR dos Açores	36 462\$00
« do Alentejo	2 042 964\$80
« do Algarve	758 592\$40
« das Beiras	1 317 574\$50
« de Lisboa	15 142 639\$40
« da Madeira	63 070\$30
« do Norte	3 995 887\$90
« do Oeste e Ribatejo	2 654 396\$70
« de Setúbal	6 622 955\$70
Emigração	2 242 005\$75
UEC	654 425\$00
UJC	452 489\$10
Por classificar (1)	462 406\$80
TOTAL	43 813 880\$35

(1) Trata-se da soma das quantias entradas na conta D.O. 13672 do BPSM - Avenida da Liberdade, das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à C.C.C. as correspondentes notas de entrega.



Os Comunistas na Assembleia da República

Uma lei contra as nacionalizações

Encontra-se em discussão na Assembleia da República um dos mais importantes diplomas — conforme referiu o deputado comunista Vital Moreira no decorrer do debate — se não o mais importante, de todos quantos até agora foram discutidos em S. Bento. Trata-se da proposta de lei sobre a definição dos sectores vedados à iniciativa privada, que constitui uma das séries e graves ameaças a uma das conquistas maiores da Revolução de Abril: as nacionalizações.

Enunciando as razões graves que conferem a este diploma a importância que realmente tem, Vital Moreira disse:

Primeiramente, porque diz directamente respeito a uma das principais conquistas da Revolução — a nacionalização dos municípios e a destruição do poder do aparelho monopolista, base do fascismo. Depois porque implica uma clara opção quanto ao sistema económico e quanto ao seu desenvolvimento: ou seja, o desenvolvimento no sentido do socialismo ou a restauração do capitalismo monopolista. Enfim, porque esta questão está directamente ligada às restantes conquistas da Revolução; e a solução que lhe for dada tem implicações decisivas quanto à definição e à própria subsistência do regime democrático-constitucional.

Além, e antes de passar a uma referência mais detalhada da intervenção importante do deputado Vital Moreira — que mostra claramente os perigos que correm as nacionalizações caso esta lei venha a ser aprovada — cabe aqui tomar o pulso do barómetro do comportamento dos outros partidos no debate que até agora já se realizou.

O PPD foi o primeiro a intervir e a mostrar o seu estremo empenho na defesa da proposta de lei. De tal forma o fez — pela boca dos seus deputados Rebelo de Sousa e Sousa Franco — que houve quem legitimamente se interrogasse se estavam perante um novo partido de Governo...

Em declarações que os próprios autocalificam de «históricas», os deputados do PPD não conseguiram disfarçar ou atenuar o que está realmente por detrás deste diploma: com toda a sua cruzada, este diploma abre às escâncaras as portas à recuperação capitalista. E, nem a confissão de última hora de um dos deputados do PPD, reconhecendo como necessária uma certa recuperação capitalista, foi capaz de disfarçar a gravidade da situação.

Quando à bancada da extrema-direita, essa ao menos foi igual a si própria: críticas mais ou menos «técnicas» aqui e ali formuladas pelo seu número 2 e a posição de fundo clara e precisa — é ainda insuficiente!

O partido do Governo tem, até agora, ficado remetido a um prudente, mas comprometedor, silêncio. Ouve uns, ouve outros, fica mudo e quando, mas a proposta lá está — e a ameaça que pesa sobre as nacionalizações é real e grave.

Até agora o PCP interveio no debate pela voz de Vital Moreira, que profere uma importante intervenção acerca do tema em apreço.

Analisando no seu todo a proposta de lei, Vital Moreira salientou: A proposta de lei apresentada pelo Governo não respeita a Constituição, afronta directamente em alguns pontos decisivos; no seu conjunto, traduz-se num importante retrocesso; e constitui um instrumento de recuperação do poder do capital em importantes sectores da economia nacional.

Criticando duramente os termos da proposta e a sua gravidade, Vital Moreira mostrou que, de acordo com ela, não ficam vedados à iniciativa privada os seguintes sectores que foram integral ou predominantemente nacionalizados: transportes marítimos, indústria naval, vidro plano, cervejas e celulose, enquanto os tabacos ficam à disposição do Governo.

Mas a gravidade da proposta acentua-se ainda mais, conforme denunciou o deputado comunista: Só por figura de estilo se pode afirmar que os próprios sectores vedados de acordo com a proposta ficam efectivamente vedados à iniciativa privada: primeiramente porque se salvaguardam as empresas privadas actualmente existentes no sector; depois porque se admite a penetração de capital estrangeiro em sectores básicos «vedados», incluindo a refinação do petróleo, a Petroquímica, a Siderurgia e os adubos; em seguida porque se admite que as empresas públicas ou nacionalizadas em alguns sectores «vedados» — transportes urbanos, portos e aeroportos — possam ser entregues, para exploração, ao capital privado; finalmente, e sobretudo, porque em relação aos dois sectores chave que são a banca e os seguros a proposta deixa fendas abertas, tão largas que põem seriamente em causa a reserva da actividade bancária para o sector público. Ao admitir, com restrições apenas formais a intervenção do capital estrangeiro nos sectores básicos «vedados»; ao admitir em dois desses sectores a entrega das empresas nacionalizadas ao capital privado; e, sobretudo, ao «furar» a proibição da iniciativa privada na banca — a proposta do Governo reduz ainda mais o âmbito dos sectores vedados, abre caminho à reconstituição do capital monopolista e põe em perigo, directamente, as nacionalizações.

Realçando o real perigo que correm, efectivamente as nacionalizações, Vital Moreira mostrou a gravidade do disposto na proposta de lei ilustrando com exemplos concretos o que vai acontecer se a proposta for aprovada. De entre as dezenas de empresas directamente nacionalizadas que poderiam ser devolvidas ao capital privado incluem-se: Rodoviária Nacional, Enatur, Setenave, Estaleiros de Viana do Castelo, Covina, Tabacalva, Porto e Aeroporto de Lisboa, Sociedade Central de Cervejas, Companhia de Transportes Marítimos, Companhia Nacional de Navegação, Companhias de Pesca, Píntes Alentejanas, Celhorte e Cetejo (hoje integradas na Portucel).

E tudo isto porque o diploma, conforme acentuou o deputado do PCP, deixa de vedar à iniciativa privada sectores que foram predominantemente nacionalizados, o que permite «deixar cair»

essas empresas em benefício das concorrentes privadas; depois e sobretudo, porque admite que as empresas nacionalizadas que ficam fora dos sectores básicos vedados possam ser, por decisão discricionária do Governo, entregues para «gestão e exploração» ao capital privado.

Proseguindo a sua intervenção, Vital Moreira acrescentou que esta proposta apresentada à Assembleia é, aliás, bastante pior da versão inicial apresentada em Dezembro. Com efeito, a primeira incluía por exemplo entre os sectores vedados a celulose e os transportes marítimos, o que na nova versão já não acontece. Também a primeira versão não admitia a transferência de empresas nacionalizadas para o sector privado, dentro dos sectores vedados, o que na segunda já é permitido no caso dos portos e aeroportos e dos transportes colectivos urbanos. Finalmente, na primeira, não se admitiam excepções no campo da banca e dos seguros, enquanto que esta versão as admite e em tais termos que, conforme salientou Vital Moreira, o capital privado poderá dominar de novo o sistema financeiro português.

Passando a confrontar os termos da proposta de lei com a nossa Lei Fundamental, numa exposição riquíssima que, por razões de tempo não chegou a terminar, devendo ainda fazê-lo na próxima sessão — pelo que voltaremos a referir-nos à intervenção de Vital Moreira — o deputado do PCP salientou:

A proposta de lei apresentada à Assembleia também não é compatível no seu conjunto com a Constituição, e em muitos pontos do seu regime concreto viola flegantemente princípios e normas constitucionais.

Salientando que, na Constituição, assume particular relevo a questão da propriedade dos meios de produção, Vital Moreira acentuou:

Em todo e qualquer caso, a construção do socialismo visa a eliminação da propriedade capitalista dos meios de produção; em todo e qualquer caso, o alargamento do sector de propriedade capitalista significa um retrocesso no caminho para o socialismo.

Citando a referência constitucional à existência de três sectores de propriedade dos meios de produção — público, cooperativo e privado — na fase de transição para o socialismo, Vital Moreira acrescentou que, se bem que os dois primeiros não sejam considerados limitações excepcionais ao terceiro, a Constituição não privilegia, de modo algum, o sector privado, não coloca na base do sistema económico a propriedade privada dos meios de produção.

Mais à frente na sua intervenção, Vital Moreira diria: A recuperação de empresas e de sectores nacionalizados para o sector capitalista, a reconquista por parte deste do acesso a importantes sectores básicos da economia, significariam imediatamente a perda do controlo do sistema económico por parte do Estado democrático, a sujeição desses sectores às regras da rentabilidade e da acumulação e concorrência capitalistas, a perda ou limitação dos direitos e regalias dos trabalhadores, a reconstituição de enormes centros de poder económico privado. Dentro de um prazo mais ou menos curto, esse poder económico haveria de procurar reconquistar integralmente o poder político, e perante a resistência dos trabalhadores, haveria de encontrar meios para reprimir e liquidar as liberdades democráticas. A recuperação capitalista das nacionalizações e dos sectores básicos, a restauração do capitalismo dos monopolios, a reconquista do poder do grande capital, não poderiam deixar de levar à reconquista do poder político e à restauração do regime político adequado a esse domínio. Esse regime não seria mais o regime democrático previsto na Constituição e, nas circunstâncias concretas de Portugal, não teria certamente nem sequer a capa formal da democracia.

E a terminar esta parte da sua intervenção, o deputado Vital Moreira disse:

Se a recuperação capitalista das nacionalizações e do sector público não sobrevierem — pelo contrário — a recuperação económica, é a via do socialismo que é fundamentalmente contrariada. Pese embora os «argumentos» daqueles que vêm na recuperação capitalista expressão de uma «via original» de caminhar para o socialismo, uma coisa é certa: não se avança para o socialismo restaurando as relações de produção capitalistas; não se favorece o socialismo, reforçando o poder do capital e alargando o seu campo de acção; não apoia a construção do socialismo furtando-se à propriedade, à gestão e ao controlo da colectividade as empresas e sectores nacionalizados e sectores básicos da economia. Isso conduz sim à restauração do capitalismo monopolista e à reconstituição da grande burguesia dominante do pré-25 de Abril. Não ser que sustente que o avanço para o socialismo é directamente proporcional ao regresso ao capitalismo dos monopolios... De resto esta imputação não é tão descabida quanto possa parecer. Pois não se defende que a recuperação capitalista é necessária para nos integrarmos no Mercado Comum? Pois não se argumenta que o avanço do socialismo em Portugal só pode ser feito em conjunto e a par dos países capitalistas europeus? Pois não se conclui que para isso temos de recuperar de novo o domínio dos monopolios — tal como eles — para não avançar com eles... se e quando isso acontecer?

A conclusão é pois inevitável: o caminho de Portugal para o socialismo passa pela restauração do capitalismo dos monopolios. Assim vai o socialismo e a independência nacional na boca dos alocantados envergaduras do capital e do imperialismo... A «via original de avanço para o socialismo democrático» — de que se reclamam — transforma-se rudemente naquilo que verdadeiramente é: uma «via (nada) original de regresso ao capitalismo (s)em democracia!»



Joaquim Gomes apresentando na Assembleia da República a declaração política sobre o 1.º de Maio

enquanto se destinam centenas de milhares de contos para indemnizações a grandes capitalistas sabotadores; não é atirando para o desemprego milhares de trabalhadores rurais, deixando na miséria as respectivas famílias, enquanto se entregam aos agrários reservas que ficam incultas ou mal cultivadas que se pode exigir aos trabalhadores que apertem mais o cinto, que trabalhem e produzam mais.

Não é com uma política de recuperação capitalista e latifundiária que se pode sair da crise, garantir o progresso do país e a melhoria das condições de vida dos portugueses. Pelo contrário, a recuperação capitalista contraria e compromete a recuperação económica, agrava a crise e arruina o país.

E, após ter referido a nota da Comissão Política do CC do PCP sobre as comemorações do 1.º de Maio — que publicamos noutra página — Joaquim Gomes finalizou a sua intervenção declarando:

As comemorações deste 1.º de Maio têm de ser vistas como um acontecimento de grande importância para o reforço da unidade de todas as forças democráticas e patrióticas, de todos os portugueses que não querem o regresso a um passado de obscurantismo, de opressão e exploração.

Uma vez mais neste dia, as forças progressistas afirmaram em unidade, em consciência e em força a sua determinação de continuar a luta pela democracia na perspectiva do socialismo, como consagra a Constituição.

Despedimentos: PS-PPD-CDS recusaram restrições ao poder do patronato

Conforme salientámos no último número, uma maioria PS-PPD-CDS recusou, em plenário, uma lei de alteração à Lei dos Despedimentos, que tinha sido aprovada na Comissão Parlamentar do Trabalho.

Essa lei de alteração, conforme acentuou o deputado Jorge Leite ao preferir a declaração de voto do PCP, introduzira sensíveis melhorias que tornavam mais difíceis os despedimentos.

Anteriormente, Jorge Leite recordou o processo parlamentar da Lei dos Despedimentos (Decreto-Lei 841-C/76) e referiu-se ao voto contrário dos comunistas à sua aprovação, bem como às razões que levaram a semelhante posição:

Considerámo-lo fundamentalmente injusto para os trabalhadores na medida em que liberalizava os despedimentos; Considerámo-lo um retrocesso relativamente ao que sobre a mesma matéria se dispunha no diploma que o Decreto-Lei 841-C/76 veio alterar;

Considerámo-lo inconstitucional orgânica, material e formalmente;

Considerámo-lo repressivo por aumentar a instabilidade no trabalho e pretender impor a «disciplina do chicote e do medo» em vez de promover a autodisciplina que, como dizia o meu camarada Carlos Brito, «só pode resultar de um projecto nacional claro, da mobilização pelo esclarecimento, em resumo, de conseguir a adesão da massa de trabalhadores para uma perspectiva colectiva, para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna...»;

Considerámo-lo como significando, objectivamente, uma cederia às pressões do imperialismo.

Mais adiante, o deputado Jorge Leite, referindo-se ainda ao Decreto 841-C/76 diria: O Grupo Parlamentar do PCP, ao requerer a sujeição a ratificação (...) tomou em consideração o movimento de repúdio generalizado daquele diploma por parte dos trabalhadores e suas organizações. A prática tem vindo, aliás, a confirmar a justiça da nossa posição.

Proseguindo a declaração de voto do nosso Partido, o deputado Jorge Leite, depois de se ter referido a algumas das melhorias introduzidas na lei de alteração — e considerando-as, não obstante, positivas — debruçou-se sobre o significado da votação e afirmou:

O PS, o PSD e o CDS não reprovaram a Lei dos Despedimentos; o PS, o PSD e o CDS reprovaram as melhorias que lhes introduzia a lei de alterações. O PCP, que ao contrário destes partidos, não deu o seu acordo àquela lei, não podia opor-se às melhorias que lhe eram introduzidas pela lei aprovada em Comissão de Trabalho.

Proseguindo a sua intervenção, Jorge Leite acentuou: A questão fundamental da Lei dos Despedimentos é muito simplesmente a questão de saber até que ponto garante o direito de não ser despedido, até que ponto impede os despedimentos. Trata-se de saber se os despedimentos são facilitados em favor do patrão, ou se são dificultados em favor dos trabalhadores.

Salientando que o resto é hipocrisia e mistificação, o deputado do PCP adiantou referindo-se à posição do PS nesta matéria: Em resumo: o PS não propõe nunca a chamada desadministratização dos despedimentos; o que o PS — tão candidamente propõe

é a arbitrariedade da «administração»; o que o PS propõe é que o PATRÃO seja ainda mais soberano.

A grandiosa e urgente tarefa de recuperação da nossa economia — diria mais adiante Jorge Leite — tornaria menor este problema se a regulamentação dos despedimentos não fosse um sintoma no sentido ou da via que se pretende imprimir a essa tarefa.

Entendemos que a recuperação da economia há-de ser obra, fundamentalmente, dos trabalhadores; mas entendemos que não é com a ameaça e o medo que ela se torna viável num sentido verdadeiramente progressista.

Ora, a Lei dos Despedimentos — concluiu o deputado do PCP — é um sinal do sentido que se quer dar à referida recuperação. Uma lei que liberaliza os despedimentos, aumenta a discricionariedade do empregador, viola na prática o direito à estabilidade no trabalho e pretende impor a disciplina do medo não é uma lei feita para defesa dos trabalhadores mas uma lei contra os seus interesses, não é uma lei que aponta para uma via progressista e constitucional de recuperação da nossa economia mas para uma via de recuperação capitalista.

E a terminar a declaração de voto do PCP, Jorge Leite acentuou:

Não foi sem surpresa que assistimos à rejeição desta lei, por voto contrário conjunto do CDS, do PSD e do PS. Pela primeira vez nesta Assembleia uma lei votada em Comissão na especialidade é rejeitada na globalidade pelo Plenário. O significado a atribuir a esta votação não pode deixar de ser o que resulta das considerações que acima produzimos: com todas as suas limitações, a lei votada na Comissão introduzia, globalmente considerada, modificações favoráveis aos trabalhadores. As forças políticas referidas significam com esta votação que não estão dispostas a admitir qualquer alteração ao regime de despedimentos que se traduza numa restrição dos poderes do patronato.

Governo e deputados: respostas a perguntas

Parte da sessão da passada terça-feira foi dedicada a respostas do Governo a perguntas formuladas por deputados de diversos partidos.

Na primeira sessão deste género, estiveram presentes na Assembleia da República os ministros das Obras Públicas, da Habitação, Urbanismo e Construção e da Administração Interna.

Estes dois últimos responderam a questões que lhes foram formuladas pelos deputados comunistas Severiano Falcão e Lino Lima.

Problemas locais e regionais e deficientes de trabalho

A Assembleia da República realizou, na passada semana, uma sessão plenária inteiramente dedicada a problemas de âmbito regional e local. Como é natural, o grupo parlamentar comunista participou activamente nos trabalhos desta sessão, através de várias intervenções de alguns dos seus deputados.

Razões de absoluta falta de espaço levam-nos a adiar uma referência mais detalhada a este importante tema para um dos próximos números, o que acontece também com uma intervenção do deputado José Jara relativa ao grave problema dos deficientes de trabalho.

1.º de Maio de 1977: marco na história do movimento operário português

As comemorações do 1.º de Maio deste ano realizadas em todo o país, constituem um marco que ficará a assinalar na história do Movimento Operário português uma das mais grandiosas e expressivas manifestações da unidade indestrutível dos trabalhadores, da sua vontade e decisão de não permitir que o processo democrático iniciado em 25 de Abril de 1974, volte para trás.

Estas palavras foram proferidas, na passada terça-feira, na Assembleia pelo deputado Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, ao iniciar uma declaração política do Partido Comunista acerca das grandiosas manifestações do 1.º de Maio.

Desta tribuna o meu Partido, o Partido Comunista Português, saudou calorosa e fraternalmente todos os trabalhadores, todos os democratas e antifascistas que participaram nesta grandiosa jornada.

Daquei saudamos o movimento sindical livre, independente e democrático dos trabalhadores portugueses — a CGTP — Inter-sindical Nacional.

As comemorações do 1.º de Maio constituíram uma afirmação da sua força e unidade e do prestígio ganho pelo trabalho, pela luta e pela sua plena identificação com os problemas e as aspirações dos trabalhadores portugueses.

As comemorações deste 1.º de Maio ficarão como a expressão da vontade colectiva de centenas de milhares de trabalhadores que querem recuperar a economia do país para bem de todo o povo português; que querem defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução; que querem garantir e reforçar a democracia rumo ao socialismo, como estabelece a Constituição.

Depois de se ter referido ao número de manifestantes que, por todo o país, comemoraram o Dia Mundial do Trabalhador — mais de um milhão, segundo os órgãos de Informação — Joaquim Gomes prosseguiu:

Os fabricantes de minorias, aqueles que nunca conseguiram ver na imensa população laboriosa das cinturões industriais de Lisboa, Setúbal ou de Porto, ou ainda no proletariado rural da zona da Reforma Agrária mais que minorias activas, estarão agora em dificuldade para explicar o fenómeno deste 1.º de Maio. Terão dificuldade em explicar porque os trabalhadores das cidades, vilas e aldeias, onde o caciquismo, as pressões e ameaças são ainda

moeda corrente e o 25 de Abril mal despontou, mesmo aí muitos milhares de trabalhadores saíram para a rua a marcar uma posição de classe na luta pela defesa das liberdades e pelo progresso social.

Neste 1.º de Maio não é apenas o número de manifestantes ou a extensão das manifestações que conta. Conta também o espírito unitário de centenas de milhares de trabalhadores que em grandiosas manifestações, concentrações e confraternizações de toda a ordem afirmaram o desejo de reforçar a sua unidade, de enfrentar e neutralizar em acções comuns todas as tentativas de liquidar as conquistas da Revolução.

As grandes manifestações de Lisboa, Porto, Coimbra, Beja ou Évora e muitas outras não poderiam ter a grandeza que tiveram se a elas não tivessem aderido trabalhadores comunistas, socialistas, democratas com ou sem partido, todos os que estão lranados na mesma vontade de defender as conquistas de Abril, como garantia e condição para assegurar uma vida melhor para todos os portugueses.

Na prática já pouco adianta reinventar fórmulas já gastas para dividir o movimento operário e sindical. Pouco adianta também o conselho à reflexão caseira sobre o 1.º de Maio. Estas e outras tentativas de desmobilização sofreram estrepitosa derrota. Quando as conquistas da Revolução sofreram sérios ataques, como hoje acontece, a reflexão é de facto necessária. Porém, ela não conduz à passividade, como muitos desejariam, mas sim à luta e ao reforço da unidade.

As comemorações deste 1.º de Maio confirmam de maneira inequívoca a tese daqueles que nesta Assembleia e fora dela têm proclamado tantas vezes que a recuperação económica do país pode e deve ser obra do povo português, e em primeiro lugar das massas trabalhadoras.

Nas comemorações do 1.º de Maio os trabalhadores reafirmaram a sua determinação em recuperar a economia e salvar a democracia, mesmo à custa de sacrifícios, e confirmaram ser a força indispensável para a resolução dos graves problemas nacionais. Ninguém de boa-fé poderá pôr em causa essa determinação dos trabalhadores.

A tónica das comemorações deixou perfeitamente claro, para quem o quiser entender, que a recuperação da nossa economia se terá de fazer com os trabalhadores e não contra eles. Não é impedindo ou sabotando a contratação colectiva, não é regulando ou regateando escassos aumentos aos trabalhadores,

Pavilhão das

edições
Avante!

na FEIRA POPULAR DE LISBOA

6.ª Feira, 6 de Maio, pelas 21.30

Sessão de apresentação do livro

«UMA VIDA NA REVOLUÇÃO»

com a presença do autor

FRANCISCO MIGUEL

Sessão de autógrafos



À venda
REVISTA N.º 2 DE 1977
INTERNACIONAL

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel. 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto. Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel. 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora. Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa. Tel. 40605-41787
Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
— Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Abril — 83 475

Perigos sobre a democracia portuguesa

AS NACIONALIZAÇÕES AMEAÇADAS!

Os factores decisivos do nosso processo político

O crescimento do movimento popular e democrático em Portugal, o aumento impetuoso da consciência política e de classe dos trabalhadores portugueses da cidade e do campo, o alargamento e fortalecimento da sua organização e unidade, a sua firme determinação em defesa das conquistas mais preciosas da Revolução de Abril contra as arremetidas do grande capital indígena e estrangeiro, são, na hora actual, os factores decisivos do processo político português e a maior barreira contra o avanço do fascismo em Portugal.

As importantes comemorações populares do 25 de Abril e sobretudo as grandes jornadas nacionais e unitárias do 1.º de Maio representam, na sua expressão genuína, a mais recente e mais conclusiva afirmação do carácter decisivo desses factores.

Contra esta poderosa muralha têm-se desfeito até agora os ímpetus daqueles que pretendem sob a falsa capa da democracia e da recuperação económica — mas na realidade sobre os escombros da Revolução — reconstituir as velhas posições do capital financeiro e monopolista na economia e na política do País.

Porque, exactamente, é a destruição das grandes conquistas da Revolução portuguesa — as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário — o objectivo que visam as forças empenhadas de maneira directa ou indirecta, na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista em Portugal.

Esta política é conduzida a nível do Governo pela ala direita do PS, sob a direcção do Primeiro-Ministro, Mário Soares, mas na realidade apoia-se num leque de forças conservadoras e reacionárias representadas no plano interno principalmente pelo PPD/PSD e o CDS e externamente pelos grandes grupos multinacionais e o imperialismo.

A poderosa muralha que até agora tem conseguido quebrar o ímpeto da ofensiva contra as conquistas da Revolução tem de tornar-se ainda mais poderosa e decisiva face às novas ameaças que pesam sobre a democracia portuguesa e as condições de vida do nosso Povo.

Tais ameaças derivam das novas leis apresentadas pelo Governo do PS à Assembleia da República, uma das quais — a da delimitação dos sectores público e privado — está actualmente em discussão.

A serem aprovadas e promulgadas tais leis isso significaria a institucionalização verdadeiramente anticonstitucional da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo do PS e um atentado contra as conquistas democráticas do povo português.

Um projecto de lei contra as nacionalizações

Começam agora a precisar-se com maior nitidez a natureza e o alcance dos compromissos entre o PS e o PPD-PS...D, como lhe chamou com toda a propriedade o deputado do PCP, Vital Moreira — relativamente à chamada delimitação dos sectores público e privado na proposta agora submetida à Assembleia da República pelo Governo do PS.

Deve admitir-se que o mesmo compromisso tenha sido secretamente alargado ao CDS. Freitas do Amaral deu-o a entender com toda a clareza na Póvoa de Varzim ao afirmar que «não é indispensável a queda do Governo do PS» para o estabelecimento da chamada «maioria presidencial». Existem várias modalidades — diz Freitas do Amaral — desde simples alterações no Governo até plataformas de entendimento com a oposição» (leia-se CDS).

A operação «sector público — sector privado» é uma das maiores ameaças às conquistas da Revolução congeminações pelos dirigentes do PS em conluio com o PPD/PSD e muito verosimilmente com o CDS.

Na proposta de lei agora em discussão, 162 das 245 empresas nacionalizadas poderiam ser colocadas sob gestão ou exploração do capital privado. Este projecto PS difere, agravando-o, do projecto originário, sem dúvida por pressões dos partidos da direita e dos patrões da CIP, uns e outros, além disso, estreitamente vinculados aos interesses do capital estrangeiro.

Este projecto é, na sua substância, objectivamente anticonstitucional. O Governo do PS ilude este facto com o eufemismo de as referidas empresas continuarem a ser propriedade pública — uma propriedade evidentemente esvaziada do seu verdadeiro conteúdo social.

A Constituição proíbe formalmente a desnacionalização das empresas directamente nacionalizadas. Só o admite nas que o foram indirectamente, isto é, nas que, por participação financeira maioritária dos grandes sectores nacionalizados, em especial a Banca e os Seguros, ficaram automaticamente abrangidas pelo decreto das nacionalizações. Mesmo nestes casos a Constituição é clara: **Só poderão deixar de pertencer ao sector público as empresas cujos trabalhadores optem pelo regime de autogestão ou de cooperativas.**

Assim, por uma simples lei reguladora desta disposição constitucional, o Governo PS prepara-se para colocar sob gestão ou exploração do capital privado dezenas de empresas em que se incluíram: Rodoviária Nacional, Inatur, Setenave, Estaleiros de Viana, Covina, Tabaqueira, porto e aeroporto de Lisboa, Sociedade Central de Cervejas, CTM, CNN,

Companhias de Pesca, Pirites Alentejanas, Celnorte e Celtejo e outras importantes empresas.

Também, por simples golpe de prestidigitação legal, sectores básicos tão importantes como o siderúrgico, e petroquímico, o portuário e outros, poderiam ser colocados sob o controlo efectivo do capital estrangeiro. Se esta celerada lei for aprovada, as grandes multinacionais ficarão com as portas abertas para o restabelecimento do seu domínio sobre a economia portuguesa.

Depois do escândalo das desintervenções e da ofensiva, que se pretende ainda intensificar, contra a Reforma Agrária, a proposta de lei de delimitação do sector público e do sector privado — a ser aprovada — significaria um golpe mortal numa das maiores conquistas da Revolução portuguesa.

O Governo PS pretende que a sua proposta de lei regule um dispositivo constitucional. A pergunta lógica a fazer é se os deputados, mesmo por esmagadora maioria, podem votar leis objectivamente anticonstitucionais.

Quem decide e vela pela constitucionalidade das leis da República?

Tudo está mais claro agora

Estão agora mais claras para muitos dos que punham em dúvida os avisos do PCP, as razões da política antioperária do Governo do PS.

Os defensores da proposta de lei agora submetida à Assembleia da República dizem que é preciso restringir o direito à greve, o controlo de gestão, garantir o pagamento de indemnizações aos grandes capitalistas e agrários expropriados. A recuperação capitalista, agrária e imperialista não passaria sem essas condições prévias.

Está agora mais claro o porquê da grande ofensiva contra o movimento operário organizado; dos esforços desesperados para quebrar a unidade do movimento sindical em particular e da classe operária em geral; do recrudescimento da campanha anticomunista dos principais dirigentes do PS; dos ataques frontais ou camuflados contra o exercício dos direitos e liberdades dos trabalhadores, consignados na Constituição.

Na reunião do Porto em 1 de Maio a direcção do PS aprovou o celerado «documento Gonelha» e definiu, significativamente, neste grande dia da unidade da classe operária, uma nova estratégia contra o movimento sindical unido — o que indignou mesmo um sindicalista até agora tão pouco unitário como José Luís Gaspar.

O ministro Maldonado Gonelha, o estratega da divisão dos trabalhadores, afirmou que «não há no PS nenhuma ala obreirista», mas o que se pode afirmar com verdade é que a «ala obreira» do PS está

cada vez mais reduzida em consequência dos «pecados» divisionistas de alguns dos seus principais dirigentes e da sua política antioperária.

Por outro lado o anticomunismo continua a ser a grande charneira da actividade ideológica da direcção do PS. Depois do lamentável incidente de Salvaterra, deliberadamente empolado para impedir a unidade de socialistas e comunistas e justificar uma nova guinada para a direita, a campanha anticomunista dos dirigentes do PS prossegue num tom cada vez mais agressivo e preocupante.

Não se pode deixar de reparar no facto de ainda ontem, na vila de Benavente, a escassa quilómetros de Salvaterra, num comício do PS — no uso de um incontestável direito que a Constituição consigna a todos os partidos políticos portugueses — terem falado nada menos de sete membros do seu Secretariado Nacional, entre os quais o seu secretário-geral e outros dois membros do Governo.

Os comunistas estão determinados a não perder a serenidade e a aproveitar as mínimas possibilidades de aproximação, entendimento e unidade com os socialistas, em particular com os trabalhadores socialistas para a luta comum em defesa das liberdades e dos interesses vitais do povo trabalhador.

A saída da crise — apesar da inconstância política dos dirigentes do PS — exige a busca de uma plataforma comum negociada pelas forças sociais e políticas interessadas na defesa da democracia e na recuperação económica do País, a qual deverá assentar essencialmente na participação de socialistas e comunistas, numa alternativa democrática para a situação actual.

A proposta de lei para a delimitação do sector público e do sector privado não favorece essa necessária aproximação, antes aproxima perigosamente os dirigentes do PS dos partidos da direita com todas as suas consequências para a unidade interna do seu partido.

Os dirigentes e deputados do PS deverão assumir as suas responsabilidades no caso de tal lei ser aprovada.

Os trabalhadores e todos os que querem construir um Portugal democrático e uma sociedade mais justa e mais feliz, devem fazer pesar, por todas as formas que a legalidade democrática proporciona, o seu protesto e a sua discordância das leis antioperárias e anticonstitucionais que o Governo do PS pretende ver aprovadas na Assembleia da República.

As nacionalizações estão ameaçadas e com elas as esperanças dos portugueses numa sociedade democrática rumo ao socialismo.



Nota da Comissão Política do CC

1.º DE MAIO: CONSCIÊNCIA DE CLASSE COMBATIVIDADE E MATURIDADE POLÍTICA

1.

As comemorações do 1.º de Maio de 1977 em Portugal constituíram uma grandiosa afirmação unitária das massas trabalhadoras, da sua consciência de classe, combatividade e maturidade política.

Em Lisboa e Porto realizaram-se impressionantes manifestações e concentrações. Em Évora, Beja, Montemor e Aviz ocorreram grandes concentrações em que, uma vez mais, se exprimiu uma grande determinação na defesa da Reforma Agrária. Em Coimbra, Guimarães, Braga, Marinha Grande, Faro e noutras cidades e vilas, realizaram-se também com excepção participação grandes jornadas de confraternização, de unidade e de luta. Por todo o lado, de Norte a Sul e nos Arquipélagos, as manifestações realizadas só são comparáveis às de 1974 e, por vezes, superam-nas. Estima-se que mais de um milhão de trabalhadores portugueses celebrou activamente o Dia Mundial dos Trabalhadores.

A Comissão Política do CC do PCP saudou todos os trabalhadores e as suas organizações de classe, todos os portugueses que, pela sua participação e apoio, conferiram às comemorações do 1.º de Maio um tão alto significado de unidade e de vontade combativa.

2.

As manifestações do 1.º de Maio de 1977 comprovam e consolidam a forte unidade dos trabalhadores, a poderosa unidade do movimento sindical que tem lutado, vitoriosamente, contra incessantes manobras divisionistas. Testemunham o elevado prestígio, influência e autoridade da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional.

Apesar da oposição publicamente manifestada por dirigentes do PS em relação às comemorações populares e unitárias do 1.º de Maio, muitos milhares de trabalhadores, membros ou simpatizantes do PS, associaram-se fraternalmente aos seus irmãos de classes numa grande jornada em defesa dos seus interesses comuns. Exactamente no mesmo momento em que nas ruas e praças de Portugal os trabalhadores portugueses afirmavam a sua unidade e a sua vontade de permanecer unidos, dirigentes do PS preparavam novas tentativas para dividir os trabalhadores e o seu movimento sindical.

As manifestações do 1.º de Maio de 1977 demonstram a vontade e a determinação das massas trabalhadoras, das massas populares, de lutar contra

a política antioperária e de recuperação capitalista, agrária e imperialista conduzida pelo Governo, de defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução — designadamente, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário —, de assegurar a consolidação da democracia portuguesa no caminho do socialismo, como consagra a Constituição.

A defesa e permanente reforço da unidade e organização dos trabalhadores é condição essencial para que esses objectivos sejam alcançados.

3.

As comemorações do 1.º de Maio mostraram, mais uma vez, que a classe operária e as massas trabalhadoras são uma grande força, unida e organizada, cuja participação activa e consciente é indispensável à resolução dos graves problemas que o país enfrenta.

Ficou de novo demonstrado a disposição dos trabalhadores de, defendendo firmemente os seus direitos e as conquistas da Revolução, darem ao mesmo tempo, pelo diálogo e pelo trabalho, a sua

contribuição construtiva e decisiva para a procura de soluções que, no quadro da Constituição, sirvam os seus interesses, sirvam os interesses da economia nacional e do país.

A grave situação económica existente exige que rapidamente sejam tomadas medidas capazes de ultrapassar as dificuldades actuais e de enfrentar a crise, promovendo uma efectiva recuperação económica, ao serviço do progresso do país e da melhoria das condições de vida dos portugueses.

As comemorações do 1.º de Maio mostraram que com a intervenção determinada e criadora dos trabalhadores e das suas organizações de classe, com a intervenção das forças democráticas, é possível sair da crise.

As comemorações do 1.º de Maio testemunharam que, na base de uma política que corresponda às aspirações populares e que garanta as conquistas da Revolução, energias imensas podem ser mobilizadas com vista a um grande esforço nacional para resolver os problemas nacionais.

Lisboa, 3 de Maio de 1977
A Comissão Política do CC do PCP



No Alentejo foi assim

Os trabalhadores estão com a Reforma Agrária!

O ESPECIAL SIGNIFICADO DAS MANIFESTAÇÕES NO ALENTEJO

Tal como aconteceu nas outras regiões do país, também no Alentejo o 1.º de Maio foi um dia de unidade e luta, pela defesa intransigente da Reforma Agrária, pela aplicação da Constituição, pelo fortalecimento da democracia e da Revolução.

As comemorações do 1.º de Maio no Alentejo demonstraram uma vez mais que os operários agrícolas, os pequenos e médios agricultores, todos os

trabalhadores, todos os democratas e antifascistas se encontram unidos e organizados contra as ameaças e manobras do Governo minoritário do PS e as provocações das forças reaccionárias. A Reforma Agrária é uma conquista do 25 de Abril! Não voltará atrás! Porque os trabalhadores estão determinados a lutar pela sua consolidação e avanço. Porque é uma conquista consignada na Constituição.

Porque sem Reforma Agrária não há democracia!

Com as suas "novas bases de Reforma Agrária", o ministro Barreto pretende que a pontuação de 50 000 pontos estabelecida para ocorrer expropriação aumente para 70 000 pontos. Esta pretensão gêmea do CDS e da CAP. Esta pretensão que a concretizar-se significaria que meio milhão dos hectares expropriados voltassem para as mãos dos agrários, o que representaria para os trabalhadores não somente o agudizar-se terrível do desemprego, a dificuldade de sobrevivência, o malogro da reconstrução económica democrática, mas também um atentado violento à Constituição e a todo o povo trabalhador.

Mas para quem viu as comemorações do 1.º de Maio em terras da Reforma Agrária para quem não quer continuar a cerrar os ouvidos à realidade, os trabalhadores gritaram bem alto: "Não mexam na Lei da Reforma Agrária!"

Através de grandiosas manifestações e concentrações, os trabalhadores alentejanos realfirmaram uma vez mais a sua firme disposição de prosseguir à luta em defesa de uma das mais importantes conquistas da Revolução. Com efeito, não foi só nas cidades como Évora, onde se manifestaram cerca de 30 mil pessoas, ou Beja, onde se reuniram em jornada de unidade e luta mais de 40 mil, que o povo alentejano assinou em massa e com entusiasmo este 1.º de Maio.

Na verdade, também decorreram, simultaneamente, outras grandes jornadas em Montemor, (a maior manifestação de sempre), Vendas Novas (25 mil pessoas), Aljustrel (mais de 3 mil), Moura (mais de 2 mil), Amaraljeira (cerca de 2 mil), Borba (7 mil), Mora (4 mil), Aviz, Sousel e Fronteira (mais de 15 mil) e Campo Maior (3 mil).

mais de 2 mil e quinhentas pessoas e realizou-se, no cinema local, uma sessão de teatro e folclore. Em Portimão, Vila Real de São António e Albufeira, decorreram, igualmente, iniciativas que comemoraram o Dia Mundial dos Trabalhadores.

EM SANTARÉM

As comemorações do 1.º de Maio no distrito de Santarém tinham começado há duas semanas com a projecção, em várias localidades, de um filme sobre o Congresso de Todos os Sindicatos. No passado sábado, abriu um mercado popular, onde foi feita uma venda directa de produtos agrícolas. No domingo, realizou-se na capital do distrito uma concentração em que estiveram presentes mais de 2 500 pessoas. Na manhã do 1.º de Maio, levaram-se a efeito diversas provas desportivas e uma exposição de desenhos alusivos à data. À noite, no salão do INATEL, foi apresentada a peça "Autopsia" pelo Grupo de Amadores de Teatro do Vale de Santarém. Também noutros pontos do distrito, os trabalhadores se manifestaram em jornadas que contaram com a presença vibrante de centenas e centenas de pessoas. Assim aconteceu em Coruche, no Couço, Salvaterra, Torres Novas (mais de 3 mil pessoas), Chamusca, Vale de Cavalos e Alpiarça.

EM LEIRIA

Na cidade de Leiria, o 1.º de Maio foi assinalado logo a partir das 10 horas da manhã, no parque, com a realização de diversas iniciativas de carácter desportivo. Durante a tarde, exibiram-se ranchos folclóricos, tendo ainda sido promovido um comício no decorrer do qual usaram da palavra sindicalistas cerâmicos e químicos, um representante da União dos Sindicatos e um elemento do Secretariado Nacional da CGTP-IR. Participaram neste comício e nas outras jornadas realizadas na cidade de Leiria mais de 2 mil pessoas.

Noutros pontos do distrito, nomeadamente em Caldas da Rainha (1 500 pessoas), Peniche (1 500), Marinhã Grande (6 mil), Vieira de Leiria (1 000) e Mira de Aire, decorreram também outras jornadas de unidade e luta que assinalaram vibrantemente o 1.º de Maio.

NO ALGARVE

Também no Algarve se assinalou o 1.º de Maio, através de várias manifestações de carácter desportivo, recreativo e cultural, tendo-se realizado ainda vários comícios, por iniciativa das organizações sindicais. À tarde, a Comissão Organizadora Sindical da União dos Sindicatos de Faro promoveu nesta cidade um comício de unidade contra o fascismo e pela unidade de todos os trabalhadores, onde participaram, num ambiente de grande entusiasmo e vibração,

Nos novos países africanos PELAS TAREFAS NACIONAIS: OBRA DE TODO O POVO

A luta dos povos africanos contra o imperialismo e o racismo, a construção de novos países onde outrora dominou o colonial-fascismo, o avanço da revolução e o caminho percorrido no combate à exploração do homem pelo homem foram as notas dominantes das celebrações do 1.º de Maio nas Repúblicas Populares e Democráticas de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Comemorado com desfiles, concentrações, sessões culturais e desportivas, comícios e actos festivos, em que participaram, juntamente com os dirigentes do povo e do Estado, muitos milhares de trabalhadores, o 1.º de Maio foi motivo de elevado regozijo nacional pelas grandes vitórias dos povos africanos nas lutas contra o colonialismo e todas as formas de domínio estrangeiro.

De esperança foi também este 1.º de Maio. O presidente da RPA, camarada Agostinho Neto afirmou: "A nossa revolução está em marcha. Nos vãos dias-dia conquistando a consciência de que

o povo angolano pode realizar a revolução. Pode conseguir os resultados que desejar. Podemos ir para o socialismo".

Na RPM, imperou também a confiança. O camarada Marcelino dos Santos, membro do Comité Político Permanente da Frelimo, ao saudar as conquistas dos trabalhadores moçambicanos, assinalou o aumento da produção conseguido pelo empenho revolucionário dos trabalhadores organizados, com relevo para os conselhos de produção, criados no ano findo.

"Trabalhar mais e melhor" foi, por sua vez, o lema sob o qual decorreram as comemorações em Cabo Verde onde, como na Guiné-Bissau, foram saudados, pelas massas populares e pelos dirigentes, os heróis nacionais tombados na luta contra o domínio colonial-fascista.

Enquanto os últimos vestígios do colonialismo desaparecem em São Tomé e Príncipe, onde o 1.º de Maio foi assinalado também pela substituição de um dos últimos nomes e designações de ruas,

FALTAVAM NESSE MÊS DOZE ANOS PARA ABRIL

O PCP organiza e encabeça as grandes jornadas de luta contra o fascismo e a guerra. O 1.º de Maio de 1962 foi memorável. Outros se seguiriam

Em Maio de 1962, este jornal escrevia: "As informações ainda incompletas que chegam ao Avante! permitem-nos desde já afirmar que as manifestações do 1.º de Maio foram uma das maiores jornadas nacionais contra o fascismo. Ao apelo do nosso Partido e das Juntas Patrióticas, centenas de milhares de portugueses vieram para as ruas enfrentar combativamente a repressão salazarista e levantar de novo com a maior energia as reivindicações populares pela Paz em Angola, pela Amnistia, por maiores salários, pela Liberdade. Respondendo com as metralhadoras, o governo criminoso de Salazar confirmou mais uma vez que é um regime condenado à destruição".

A repressão fascista atirava a matar. Abatido pela PIDE, na Rua da Madalena, morria em Lisboa o jovem operário Estevão Giro. Agostinho Fineza succumbia também às balas assassinas. Em Aljustrel, durante as jornadas de luta para o 1.º de Maio, a mão armada do fascismo matava na rua os mineiros António Adângio e Francisco Madeira.

Mas em todo o Alentejo, por todo o País, o povo respondia. Enfrentava nas ruas a repressão armada, paralisava o trabalho, organizava manifestações. O fascismo instalava metralhadoras pesadas no centro de Lisboa.

Nesse 1.º de Maio memorável e nos dias imediatos, os trabalhadores rurais do Alentejo conquistam as oito horas de trabalho. Trinta e cinco mil operários agrícolas — noticiava o Avante! — entraram em greve nessa data. Muitas manifestações e agitações se fizeram por todo o lado.

Mais de doze anos ia durar ainda o fascismo. Mas outro tanto duraria também a intensificação das lutas populares, em todas as frentes de combate.

1963: «Comemoramos o 1.º de Maio com greves de protesto contra o fascismo, com acções nas empresas e sindicatos, com paralisações, concentrações e manifestações!» — apelava o PCP lembrando que as greves de protesto contra o regime de traição nacional deviam ser aliadas «às mais sentidas reivindicações económicas dos trabalhadores», cuja situação piorava dia a dia. E novamente, como no ano anterior, a repressão armada e violenta não pôde impedir a acção do povo.

1964: Mais uma vez o Partido encabeçava a luta: «Que se crie uma forte organização para as acções do 1.º de Maio! Que cada um se disponha a dar a sua contribuição para a derrota do fascismo, pela melhoria das condições de vida e contra a guerra colonial!» Mais uma vez o Partido organizava a luta para mais uma grande manifestação de unidade da classe operária, das outras classes trabalhadoras, de todos os democratas, de todos os antifascistas. A PIDE disparava de novo nas ruas de Lisboa.

Nos anos seguintes, as massas trabalhadoras intensificam as lutas reivindicativas. «Reclamai, por toda a parte, pão e trabalho! Abaixo a vida cara! Abaixo a guerra colonial! Abaixo a repressão fascista! Amnistia! Liberdade e Democracia! Fora com o fascismo!» — eram as palavras de ordem do nosso Partido.

Estávamos em 1965 — ano da farsa a que o fascismo chamava «eleições» para a Assembleia Nacional. «A unidade e combatividade revelada em muitas lutas reivindicativas dos trabalhadores — lembrava o Partido no Avante! — a valorosa luta estudantil, em curso, e a movimentação unitária à volta das comemorações do 31 de Janeiro são um início auspicioso de novas e importantes batalhas políticas».

Ao lado dos operários, viam-se estudantes, intelectuais e militares. «Do simples fogueiro à manifestação, da tarjeta ao piquenique, da inscrição de parede à concentração na



O modo fascista de encarar o 1.º de Maio

empresa e a muitas outras formas de luta, o proletariado português tomou o 1.º de Maio numa nova e poderosa manifestação de luta contra o fascismo, de solidariedade operária, de exemplar unidade de combate frente ao inimigo de classe e do povo português» — assinalava um Avante! de Maio de 1965.

E nunca mais pararam as jornadas de luta e de unidade no Dia Internacional dos Trabalhadores em Portugal, que o PCP sempre comemorou desde a sua fundação. «Por aumento de salários, por novos contratos colectivos, por melhores condições de vida. Trabalhadores da cidade, do campo e do mar! Homens, mulheres e jovens! Levantemos por toda a parte e por todos os meios as nossas reivindicações». Na primeira linha do combate o Partido apelava, como sempre, à luta pelo derrubamento da ditadura fascista, organizando e desenvolvendo as lutas de massas.

E as greves prosseguiram: pescadores, Carris de Lisboa, Alpiarça, Póvoa de Santa Iria, Olhão, Barreiro, Setúbal. Quantas lutas nesses Maio do fascismo!

«Comissões de Unidade, concentrações, paralisações, greves — Mais de 60 mil trabalhadores em luta nos primeiros 45 dias de 1969!» — revelava, em título na primeira página, um Avante! de Março desse ano, onde se apelava para um 1.º de Maio de luta pelo pão, pela liberdade e pela paz. Resposta do fascismo: todo o centro de Lisboa, desde a Praça do Comércio até à Avenida da Liberdade, era ocupado por forças policiais. Mas a classe operária correspondia novamente ao apelo do seu Partido.

«Não trabalhar no dia 1.º de Maio». Estávamos em 1971, ano do cinquentenário do PCP. Os trabalhadores alargavam a sua frente de luta. Mais de 20 mil manifestantes no Porto. Em 1972, esse número duplicaria. As autoridades fascistas ordenavam a prevenção «contra a ocorrência de manifestações populares». Em Lisboa, o dispositivo de repressão entrava em pé de guerra. O trânsito de pessoas e veículos era cortado, ou limitado, no Rossio, Restauradores, Martim Moniz, Terreiro do Paço.

Mas Abril chegou e com ele Maio de 1974. Nas ruas, as massas trabalhadoras, todo o povo, conferiram à revolução a sua raiz mais profunda, a sua razão de durar. Viram-se aí, como se viu este ano, os frutos da luta organizada da classe operária, da política de unidade do Partido Comunista Português, da sua luta longa e pertinaz contra a ditadura fascista.

Não Morreram em vão as vítimas do fascismo.

INTERNACIONALISMO E SOLIDARIEDADE EM TODO O MUNDO

O internacionalismo proletário teve, neste 1.º de Maio, mais uma reafirmação de vitalidade. A consciência de classe dos trabalhadores de todo o Mundo demonstrou novamente qual o papel que desempenha na luta pelo progresso social dos povos.

O Dia Internacional do Trabalhador teve origem na luta da classe operária contra o capitalismo, tal como ele existia no final do século passado. Hoje, essa luta mantém-se, nas novas condições do imperialismo. Provou-o, na maioria dos países capitalistas, a unidade cada dia mais poderosa da classe operária, a sua capacidade militante de estabelecer alianças duradouras e eficazes com os restantes trabalhadores assalariados, encabeçando a luta das massas populares pelo socialismo.

O 1.º de Maio de 1977 foi

festejado em todo o Mundo, mesmo nos países onde o fascismo e os governos repressivos proibiram as comemorações públicas.

Como o camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, recordou em Moscovo, ao referir-se ao apoio da União Soviética aos movimentos de libertação, as massas trabalhadoras mundiais revigoraram, neste 1.º de Maio, «a poderosa e invencível aliança das três principais forças revolucionárias do nosso tempo: o socialismo, a classe operária internacional e o movimento de

libertação nacional».

Muitos milhões de trabalhadores encheram as ruas e as praças dos países socialistas. No centro das grandiosas festas de confraternização, esteve uma constante de todos os dias: a solidariedade activa para com os povos de todo o Mundo, especialmente os que lutam contra o domínio imperialista.

Em todos os países socialistas, nas cerimónias e em muitos outros actos públicos, houve notas evidentes e concretas de internacionalismo e solidariedade que numem nenhuma consegue empanar.

Nos países capitalistas da Europa, o 1.º de Maio foi caracterizado, na generalidade, por jornadas de luta unitária contra a exploração do capitalismo em crise, contra o aumento do custo de vida, contra os despedimentos em massa, as restrições salariais e o «pacto social».

Em Espanha, onde recentemente foi legalizado o movimento sindical democrático, a repressão impediu a realização de manifestações pacíficas. Num comunicado, a Confederação de Associações Sindicais Unitárias assinala: «após 40 anos de afirmações de que o povo espanhol não está preparado para a democracia, é agora, uma vez mais, o governo que mostra essa falta de preparação, impedindo novamente o exercício dos direitos democráticos».

Repressão oficial e violência assinalaram noutros países as comemorações do 1.º de Maio. A provocação esquerdista fez correr sangue de trabalhadores na Turquia. Nos países sob domínio fascista foram proibidas quaisquer manifestações. Mas os gritos de «Liberdade» ouviram-se nas ruas.

Mesmo sob a repressão mais feroz, a luta dos trabalhadores continua.

Em Olhão e Vila Chã:

QUEM GARANTE AS LIBERDADES E A SEGURANÇA DAS PESSOAS?

Numa noite da passada semana, mais de 20 arruaceiros e neonazis do MRPP atacaram de surpresa e à tração 6 militantes do PCP que, em Olhão, faziam propaganda do 1.º de Maio, agredindo-os com matriças e bastões, pontapeando-os e deixando estendidos no chão três dos nossos camaradas, que tiveram que receber tratamento no Hospital Distrital de Faro.

Segundo um comunicado distribuído pela Comissão Concelhia de Olhão do nosso Partido, «não é a primeira vez que em Olhão fascistas e marginais do MRPP mostram o seu ódio à democracia e ao PCP através de actos de selvajaria — desde a tentativa de assalto ao Centro de Trabalho do PCP, às várias provocações e ameaças, a arruaças junto da Câmara Municipal de Olhão, com depredações, insultos à Câmara e ataques à PSP, aos seus comunicados insultuosos, às mais miseráveis agressões, tudo se tem permitido ao MRPP».

Depois de recordar a selvática agressão de que foram vítimas, há cinco meses, outros dois militantes comunistas, salientando que apesar de terem sido reconhecidos

alguns dos agressores e denunciando que «a impunidade premia os provocadores e os criminosos», o comunicado da Comissão Concelhia de Olhão do PCP acentua:

«Cinco meses volvidos alguns dos mesmos provocadores e outros, agora em bando mais numeroso, atentam contra a vida de militantes comunistas que, no pleno uso dos seus direitos, fazem propaganda do 1.º de Maio. Os agressores estão identificados. As autoridades não podem continuar a ignorar a sanha criminosas dos provocadores. Fechar de novo os olhos a este acto de banditismo, manter a sua impunidade, é estimular a prática de tais actos».

Mais adiante, o comunicado da organização de Olhão do nosso Partido interroga muito justamente: «Se a PSP se considera impotente para pôr termo a esta situação e se o Tribunal, pelo seu silêncio, mantém a impunidade, então quem garante as liberdades, a ordem democrática, a segurança das pessoas e a tranquilidade pública em Olhão?».

E a finalizar afirma-se: «A Comissão Concelhia do Partido Comunista Português apela insistentemente para que sejam tomadas com urgência as medidas

necessárias à defesa das liberdades e à ordem democrática em Olhão».

EM VILA CHÃ

Num dos domingos do passado mês, em Vila Chã, no concelho de Vale de Cambra, um patrão de uma empresa — Ilídio Pinho da Costa Leite, da COLEP — agrediu publicamente e violentamente Luís Pinho de Almeida, democrata e homem pacífico, de tal modo que da feróz agressão ficou a vítima bastante ferida.

A Comissão Concelhia de Vale de Cambra do nosso Partido refere, em comunicado: «Estes atentados querem-nos dizer que se os patrões usam hoje como forma de tratar um cidadão a violência, é porque dos responsáveis do país não têm a sua reprovação pública, mas tão-só, em muitas ocasiões, o seu silêncio comprometedor».

E a finalizar o comunicado afirma-se: «Os que recorrem à agressão e à violência como método repressivo e ameaçador serão julgados e desprezados por quem trabalha. O povo não quer os velhos tempos negros do fascismo, o povo cada vez mais consciente saberá repudiar e denunciar os inimigos da democracia».

pontos  cardeais

Algures, numa janela, uma bandeira

Num prédio já velho, à esquina da Rua Agostinho Lourenço com a Avenida Gago Coutinho, no trajecto do desfile para o Estádio 1.º de Maio, muito antes da manifestação passar, as janelas de um dos andares ostentavam as bandeiras nacionais e do Partido Socialista.

«Depois, quando os milhares de trabalhadores por ali passaram, do mesmo andar colchadas de várias cores foram estendidas, num inequívoco apelo às comemorações do 1.º de Maio.

«É mais importante o que nos une do que o que nos divide» — disto se dá conta, cada vez mais, os trabalhadores portugueses e só assim foi possível transformar o Dia do Trabalhador numa jornada sem precedentes em todo o país.

E se a unidade é possível, como por diversas vezes tem sido salientado, ela é já uma realidade em inúmeros casos — como neste e muitos outros exemplos — particularmente nos locais de trabalho, pois defender e alargar a unidade é a garantia que os trabalhadores têm de que, para além das conquistas que só assim conseguirão, poderão no futuro continuar a comemorar, em liberdade, o dia 1.º de Maio. E isso será um símbolo.

O 1.º de Maio e os socialistas

Quase oito horas e a multidão abandonava o Estádio 1.º de Maio, em Lisboa. Um vento frio fazia-se sentir, mas nem por isso o entusiasmo daquela jornada memorável arrefecia. Os comentários e as conversas destacando o significado da manifestação sucediam-se. Num grupo numeroso que se encaminhava para a estação do metro alguém afirmava: «Foi como em 74! E fizemos esta manifestação sem os socialistas».

«Enganas-te — respondeu um outro. Fizemos esta manifestação porque muitos socialistas também cá vieram.

E perderam-se nas escadas do metro, falando da unidade que é preciso defender, consolidar e alargar para que todos os dias sejam 1.º de Maio.

A reunião do Porto e a direita

Enquanto, do Norte a Sul, centenas e centenas de milhares de trabalhadores saíam à rua, quatro escassas centenas de sindicalistas do PS, fechados numa sala do Porto, testemunhavam de forma flagrante o fracasso da linha revisionista e antioperária da direcção do seu partido, a impotência em mobilizar para a recuperação capitalista o povo trabalhador.

A direcção do PS recusa as alianças à esquerda e defende e pratica as alianças à direita. A direita segue a tática de ver satisfeita uma exigência e logo a seguir exigir mais.

Eis um passo da notícia do «Jornal Novo» sobre a reunião do Porto: Na presença de cerca de 400 delegados sindicais, a «esquerda PS» (ainda com alguma implantação em diversos sindicatos) sofreu uma completa derrota. José Luís Gaspar, que enfrentou e contestou a orientação preconizada por Maldonado Gonelha, e apoiada por Mário Soares e Salgado Zenha, abandonou a sala onde decorria o Encontro, depois de uma intervenção apurada pela grande maioria dos presentes.

Como se vê, para a direita, a «esquerda PS» ainda tem alguma implantação em diversos sindicatos. Mas para aqueles que o «Jornal Novo» representa o objectivo é que todos os sindicalistas do PS sejam claramente de direita.

RTP: momentâneo pudor?

Ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores, a RTP não transmitiu em directo as comemorações do 1.º de Maio. Entretanto, no próprio domingo à noite, foi apresentado um programa com reportagens filmadas colhidas em diversas localidades, que deram bem uma imagem do que foi a grande jornada, não obstante uma ou outra crítica que se possa fazer ao critério da escolha dos extractos dos discursos e das próprias imagens.

Os trabalhadores, o movimento sindical e a central única têm sido muito mal tratados na RTP. Estaremos perante uma mudança de orientação ou a cobertura dada ao 1.º de Maio resultou apenas de um momentâneo pudor, e agora tudo vai voltar à mesma?

A RDP, a importância das comemorações — sob o ponto de vista informativo, não passou despercebida. Mais de um milhão de trabalhadores estiveram na rua, e a Rádio soube estar com eles e dar à jornada o seu verdadeiro significado, num trabalho colectivo que merece nota positiva.

«Vim festejar o nosso dia!»

São unânimes as opiniões de que, este ano, as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador não ficaram a dever, em nada, à participação espontânea registada em 1974, poucos dias depois da Revolução de Abril.

Como naquele ano, os cravos voltaram a estar presentes ao peito de todos os trabalhadores que vieram para a rua e que foram muitos. Por seu turno, a manobra de divisão que se pretendeu, e se pretende ainda, levar a cabo entre a classe trabalhadora reduz-se ao fracasso de reuniões em salas fechadas, onde oradores debitam discursos que cada vez menos se ouvem.

Manuel Fernandes, marceneiro, que mora para os lados de Sintra, como nos disse, foi uma das muitas opiniões que registámos, e que revela bem o êxito das comemorações deste 1.º de Maio. «Não sei nada disso da Inter ou da «Carta não sei quê» (referia-se à «Carta Aberta»). O que sei é que sou trabalhador. E os trabalhadores estão aqui. Por isso vim festejar o nosso dia, com todos os outros para que o Governo saiba que existimos e não podemos passar pela miséria por que passamos».

UMA DAS MAIS PODEROSAS MANIFESTAÇÕES JAMAIS REALIZADAS NA CAPITAL DO NORTE

“A unidade, aqui tão clara e evidente, só poderá estranhar àqueles que não conhecem os trabalhadores e as suas lutas, aqueles que reclamam em altos brados pela unidade e nada fazem para a reforçar, aqueles que tentam a recuperação capitalista no nosso país”, afirmou Manuel Freitas, membro do Secretariado da CGTP-IN, no decurso do comício-concentração com que encerraram as comemorações do 1.º de Maio no Porto. A participação activa e entusiástica de 200 a 250 mil pessoas, na “baixa”, transformaram aquela jornada numa das mais poderosas manifestações jamais realizadas na capital do Norte.

Também no Porto e em muitas cidades e vilas do Norte do país, o 1.º de Maio constituiu uma grandiosa jornada de festa, de unidade e de luta pela defesa e consolidação das maiores conquistas da Revolução de Abril. No Porto, um desfile demorou duas horas a percorrer várias artérias e contou com a participação de 100 a 120 mil pessoas; em Braga, manifestaram-se, na Praça do Município, cerca de cinco mil; em Guimarães, dez a doze mil concentraram-se no Largo do Touro; em Famalicão, cerca de cinco a oito mil; em Viana do Castelo, uma massa compacta de cerca de oito mil pessoas concentrou-se na Praça da República; em Vila Real, cerca de duas mil pessoas assistiram à inauguração da Avenida 1.º de Maio e cerca de três mil encheram o Pavilhão Gimnodesportivo.

MILHARES DE PESSOAS VISITARAM A EXPOSIÇÃO SINDICAL

As comemorações do Dia Mundial do Trabalhador, no Porto, iniciaram-se no dia 26 de Abril,



com a inauguração de uma Exposição Sindical e de empresas intervenções, promovida pela Comissão Organizadora do 1.º de Maio, constituída por mais de meia centena de sindicatos e pela União dos Sindicatos do Porto.

Quem se deslocou à Rua Alexandre Herculano pôde testemunhar a acção desenvolvida pelos sindicatos e pelos trabalhadores de empresas intervenções, em autogestão ou cooperativas que lutaram frontalmente contra a sabotagem da economia e salvaram numerosas unidades industriais da ruína. Estavam representadas 44 empresas do sector gráfico, têxtil, confecções e, ainda, metalúrgicas (FACAR), conservas (Unitas), material eléctrico (Neolux), mobiliário (Cincom). Diariamente, foram exibidos filmes divulgando a luta dos trabalhadores, o Congresso de Todos os Sindicatos e outras acções e realizações proletárias. Para se avaliar do êxito alcançado, registre-se, na véspera do 1.º de Maio, visitaram a exposição cerca de 10 mil pessoas.

Na sexta-feira, realizou-se no Pavilhão do Académico uma noite desportiva. No dia seguinte, cerca de um milhão de pessoas assistiu, na Praça do General Humberto Delgado a um espectáculo. À noite, no mesmo local, cerca de três mil pessoas seguiram interessadas a apresentação de um festival folclórico e de canções.

A CHAMA DA UNIDADE DOS TRABALHADORES

Quando se completavam 91 anos sobre a primeira comemoração do Dia Mundial do Trabalhador, das imediações da sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do distrito do Porto partiam estafetas transportando “o facho da unidade dos trabalhadores”, acompanhados por cerca de um milhão de pessoas (de carro e a pé). Esta primeira realização simbolizava o que iria ser a tônica dominante da jornada.

Cerca das 9 horas da manhã de domingo, dezenas de foguetes e morteiros estalaram ouvindo-se em vários pontos da cidade. Na Praça do General Humberto Delgado, onde já se encontravam cerca de duas mil pessoas, foram hasteadas as bandeiras dos sindicatos promotores. Uma hora depois, iniciava-se uma corrida de atletismo em direcção ao Estádio do Inatel, com a participação de cerca de 600 participantes, cuja vontade de chegar rapidamente ao fim ficou claramente expressa pelo

facto de nem terem esperado pelo sinal da partida. Dal que, para os que aguardavam nas “calmas” o sinal, tivesse havido uma segunda prova que se iniciaria mais tarde.

Para assistir à chegada dos “fundistas” e presenciar o jogo de futebol, deslocaram-se ao Estádio de 2500 a três mil pessoas que não deram por perdido o seu tempo. Igualmente, viram os diversos actos realizados na manhã de domingo, os membros das quatro delegações sindicais estrangeiras presentes no Porto, nomeadamente: Herman Junge e Ing Brandt, representantes da FDGB da República Democrática Alemã, Wieslaw Rogowsky, chefe da redacção do “Głos Pracy”, diário dos sindicatos polacos, Carlos Pina, do Movimento Sindical de S. Tomé e Príncipe, Charles Mesalriaux, dirigente da CGT francesa.

Muito antes do início do desfile-manifestação, previsto para as 15.30 e iniciado cerca das 16.15, começavam-se a concentrar, em diversos pontos, trabalhadores de diferentes sectores e ramos de actividade. Na Rotunda da Boavista, encontravam-se muitas

dezenas de trabalhadores têxteis, conserveiros e outros que, dali, partiram transportando os seus cartazes, gritando palavras de ordem e entoando em coro canções. Das imediações da sua sede, na Rua de Santos Pousada, arrancava a manifestação dos metalúrgicos que se viria a juntar antes de chegar à Praça do General Humberto Delgado com outras. Da Estação de S. Bento, após a chegada do “comboio histórico”, arrancaram os ferroviários. Recebendo grandes ovacões, os trabalhadores reformados concentraram-se antes de se dirigirem para o desfile-manifestação, exibindo um cartaz onde se lia: “Sou reformado e, antes que me vá, vim participar na nossa festa.”

Entretanto, na Praça do General Humberto Delgado, na Avenida da Liberdade a multidão ia engrossando quer com a chegada das diferentes delegações, quer com aqueles que preferiram chegar a tempo e horas para não perderem a partida. Na verdade, era extraordinária a riqueza de colorido e a alegria que exprimiam os trabalhadores que, pela quarta vez em liberdade, estiveram presentes para festejarem o Dia Mundial do Trabalhador.

A MULTIDÃO COMEÇA A DESAGUAR NA “BAIXA”

Entretanto, na Praça do General Humberto Delgado, na Avenida da Liberdade a multidão ia engrossando quer com a chegada das diferentes delegações, quer com aqueles que preferiram chegar a tempo e horas para não perderem a partida. Na verdade, era extraordinária a riqueza de colorido e a alegria que exprimiam os trabalhadores que, pela quarta vez em liberdade, estiveram presentes para festejarem o Dia Mundial do Trabalhador.

A meio da Avenida dos Aliados, cerca das 14.45 horas, incorpo-



rava-se no desfile uma delegação do Partido Comunista Português constituída por Oscar Lopes, Vidal Pinto, ambos membros efectivos do Comité Central, pelos membros suplentes do Comité Central João Fonseca, Avolino Gonçalves e Joaquim Pina Moura, pelos membros do Grupo Parlamentar do Partido, Manuel Franco e Freitas Monteiro, Manuel Andrade, Cassiano Abreu Lima, Virgínia Moura e outros militantes da Organização Regional do Norte do Partido.

SAÍRAM FURADAS AS TENTATIVAS DE DIVISÃO E DESMOBILIZAÇÃO

À medida que milhares e milhares de trabalhadores iam chegando à “baixa” confirmava-se que a jornada de domingo iria superar largamente outras manifestações realizadas no Porto. Serena, firme e exuberantemente a multidão engrossava, minuto a minuto. As estrofas do hino da CGTP-IN, do “Grândola” e do “Venceremos” eram cantadas em coros de milhares de vozes. Muitas vezes confundiam-se tal a espontaneidade com que as pessoas queriam manifestar a sua alegria enquanto aguardavam a passagem ou o arranque do desfile. “CGTP-Unidade Sindical”, sobretudo, “Avante, Avante pela Reforma Agrária”, “O custo de vida aumenta, o povo não aguenta” e “A revolução não falha, servindo quem trabalha” eram as palavras de ordem mais gritadas pela multidão.

A Praça do General Humberto Delgado, a Avenida dos Aliados e a Praça da Liberdade eram o destino de uma multidão cuja grandeza se aproximava bastante da de há quatro anos, se é que não era igual. Entretanto, sublinhe-se que, ao contrário do que se verificara em 74, não havia ali quem pretendesse que “alguma coisa mudasse para que tudo fique na mesma”. Ao contrário, as 200 a 250 mil pessoas presentes estavam ali para de uma forma inequívoca contribuírem para o reforço da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical; para a recuperação da economia ao serviço dos trabalhadores, pela defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e do Controlo Operário, pela consolidação da democracia e das liberdades, pela saída dos CCT, pelo direito ao trabalho e contra a recuperação capitalista, agrária e imperialista e contra o perigo do fascismo.

Nun momento em que as tentativas e manobras divisionistas tentam enfraquecer o movimento sindical, dividi-lo e destruí-lo, o êxito desta jornada promovida por meia centena de sindicatos, pela USP e com o apoio de centenas de comissões de trabalhadores, sindicais, intersindicais, por plénários de empresa e por dezenas de organizações populares, recreativas e populares assume uma particular importância. Como dizia Salgueiro Barros, ao intervir em nome da USP, antes do início do desfile de 100 a 120 mil pessoas, “a enorme massa de trabalhadores presentes, reflectem todo o trabalho unitário desenvolvido no distrito e no país, as centenas de reuniões promovidas por sindicatos, comissões de moradores e associações populares”.

DOIS QUILOMETROS DE MANIFESTAÇÃO

Cerca das 16.15 horas, o desfile iniciava-se tendo a abri-lo uma camioneta de carga com um grande cartaz onde se lia: “Viva o 1.º de Maio”. Para percorrerem a Avenida dos Aliados, a Praça da Liberdade, a Rua 31 de Janeiro, Santa Catarina, Fernandes Tomás, Sampaio Bruno e regressarem, de novo à Avenida dos Aliados, as 100 a 120 mil pessoas demoraram duas horas. Para avaliar a magnitude da mani-



Uma delegação da DORN do PCP integrou-se na manifestação

festação-desfile registre-se que quem a quisesse ver num mesmo ponto, e foram muitas dezenas de milhares os que assim se postaram ao longo dos passeios das artérias percorridas pela multidão, levaria uma hora a presenciar o primeiro e o último das centenas de cartazes empunhados pelos manifestantes.

Em vários locais, a reacção às palavras de ordem e aos cartazes empunhados era extraordinária. Uma delegação de dezenas de pequenos e médios agricultores do Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte e das Ligas de Vila Nova de Gaia, de Gondomar, de Santo Tirso e de outras localidades foi alvo de expressivas demonstrações de solidariedade. Nos quatro tractores encontravam-se vários cartazes, um dos quais exigia: «cumpra-se a Lei do Arrendamento Rural». Entretanto, uma palavra de ordem era quase constantemente gritada por camponeses e milhares de pessoas: «Avante, avante, pela Reforma Agrária!».

Além de cartazes com palavras de ordem, ou a identificar sindicatos promotores da jornada, trabalhadores filiados em sindicatos que não aderiram ali estavam a testemunhar os profundos sentimentos unitários que exprimem centenas de trabalhadores que desejam o reforço da unidade e combater o divisionismo e os divisionistas.

O CUSTO DE VIDA AUMENTA, O POVO NÃO AGUENTA!

Os dirigentes sindicais da República Democrática Alemã, da Polónia, da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e da CGT francesa que se integraram no desfile, após terem chegado à Praça do General Humberto Delgado, onde se encontrava instalada a tribuna de onde falaram os dirigentes sindicais, receberam calorosos aplausos da multidão que, no final, deu um vibrante «Viva a Unidade dos Trabalhadores de todo o Mundo».

Dez minutos mais tarde, era dado início ao comício tendo usado da palavra o presidente da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do distrito do Porto, Manuel Nobre, que analisou os «interesses imediatos dos trabalhadores e a situação social». Na sequência de uma série de perguntas acerca da galopante carestia da vida, Manuel Nobre afirmou, acompanhado em coro por milhares e milhares de pessoas: «o custo de vida aumenta e o povo não aguenta!».

«Os preços aumentam, os salários estão congelados», frisou denunciando as calúnias, as cedências do Governo às pressões da CIP, da CAP, da Confederação do Comércio, da direita e do imperialismo. Sublinhando a necessidade de se tomar medidas para combater o desemprego que atinge, actualmente, a cifra de meio milhão de pessoas, Manuel Nobre denunciou a ofensiva do governo contra a Reforma Agrária, os despedimentos efectuados pelo patronato, com a cumplicidade do Governo, em numerosas empresas, acentuando: «como é evidente que não é desta forma que se combate o desemprego. Não é desta forma que se ultrapassam as dificuldades económicas».

Desmontando a campanha de calúnias lançada pela direita contra os trabalhadores no que concerne à sua atitude acerca da recuperação económica, um membro da Comissão de Trabalhadores da «FACAR», José Oliveira, divulgou aspectos significativos que ilustram claramente o esforço dos trabalhadores na recuperação da economia nacional verificados naquela e em muitas dezenas de empresas que o patronato sabotador procura arruinar.

Como referiu Manuel Calindro, na «FACAR» os trabalhadores «puseram em funcionamento equipamentos que estavam parados, fizeram investimentos em novas máquinas, criaram 134 novos postos de trabalho, aumentaram a produção e a produtividade da empresa, conseguiram manter os preços das mercadorias desde 1974 até hoje, liquidaram as dívidas do passado, aumentaram os salários dos trabalhadores, aumentaram as regalias sociais, aumentaram o volume de vendas e os lucros da empresa, iniciaram estudos sobre

a reestruturação no sector administrativo e produtivo.

Este — acentuou — camaradas, é um exemplo indimentável da capacidade dos trabalhadores e da sua vontade de lutar pela recuperação económica do País! Poderíamos contar exemplos semelhantes, em empresas como a Rainha do Cávado, a Unitas, a Jacinto, e outras. Se tivermos ainda em conta as dificuldades postas pela Banca no fornecimento de crédito, nos entraves postos nos Ministérios quanto ao auxílio técnico no bloco dos fornecedores de matéria-prima e na chantagem económica dos compradores dos países capitalistas da Europa e América, ficamos a conhecer melhor o valor do esforço desenvolvido pelos trabalhadores e nas dificuldades que tiveram e têm de enfrentar!».

MOÇÃO DE APOIO AOS «PIONEIROS» DE CORTIÇOS

Com grande entusiasmo, numa demonstração de solidariedade, foi aprovada uma moção de apoio aos «Pioneiros» de Cortiços, na qual os muitos milhares de manifestantes: «RECLAMAM a suspensão imediata do despacho do Ministério da Agricultura e Pescas, com a manutenção da integridade da Unidade Colectiva “Os Pioneiros” e o respeito pelos interesses e vontade manifesta dos trabalhadores e pequenos agricultores de Cortiços; e

MANIFESTAM, a sua solidariedade activa aos trabalhadores da Unidade Colectiva “Os Pioneiros”. E apelam a todos os trabalhadores e sindicatos para que exijam junto dos organismos responsáveis o fim imediato das medidas que procuram pôr em causa a unidade colectiva e desrespeitam o esforço desenvolvido pelos trabalhadores.»

Seguidamente, Ângelo Coelho, do Sindicato dos Rodoviários e Garagens do Porto denunciou a impunidade dos Pides, terroristas e bombistas, e os atentados à liberdade sindical.

PODEROSA AFIRMAÇÃO DA FORÇA DOS TRABALHADORES

«O 1.º de Maio deste ano, prova uma vez mais que não há nada que consiga destruir a unidade dos trabalhadores!».

«Seria de estranhar que as forças do capital e os divisionistas não fizessem tudo para abalar a unidade no Dia Mundial do Trabalhador. Mas os esforços saíram furados uma vez mais, e a prova disso está aqui!».

«Estamos mais do que nunca, unidos, camaradas», declarou Manuel Freitas, membro do Secretariado da CGTP-IN que, no início da sua intervenção, dirigiu uma saudação aos delegados das organizações sindicais estran-

O NORTE NÃO É SÓ O PORTO!

O 1.º de Maio não foi, e não podia ser, propriedade das grandes cidades. Isto mesmo o demonstrou o Norte do País, onde aquela data foi comemorada com uma participação renovada. Dezenas de milhares de trabalhadores participaram nos festejos realizados em Braga, Bragança, Guimarães, Famalicão, Viana do Castelo e ainda em várias vilas do distrito do Porto e noutras localidades do Norte, assinalando com a sua presença as jornadas de convívio, manifestações e outras iniciativas que quase por toda a parte se realizaram.

Em Guimarães, mais de doze mil pessoas concentraram-se no Largo do Touro de onde se dirigiram em manifestação até à Alameda, exibindo dezenas de cartazes e bandeiras. Ali, usaram da palavra vários dirigentes sindicais, após o que se realizou uma sessão de canto livre. Na manhã de domingo efectuaram-se diversas provas desportivas, no Estádio Municipal e, na véspera, um espectáculo integrado nas comemorações contou com a assistência de milhares de pessoas.

DE COIMBRA A LAMEGO E À GUARDA

Acorrendo ao apelo da União dos Sindicatos e de vários sindicatos do distrito, o povo de Coimbra ocorreu em massa às comemorações. Logo na manhã de domingo ranchos folclóricos desfilaram pela cidade, ao mesmo tempo que se realizavam provas desportivas e sessões de pintura para crianças. No Mercado do Povo, que funcionou todo o dia, venderam-se produtos das cooperativas agrícolas e operárias e ainda das empresas em autogestão do Centro do país. A concentração realizou-se na Praça da República, pelas 15 horas, e o desfile que percorreu diversas ruas da cidade dirigiu-se para o Estádio Universitário onde decorreu o comício tendo usado da palavra alguns dirigentes sindicais. As comemorações prolongaram-se pela noite, com um espectáculo de canto livre e a actuação do Grupo Etnográfico e Folclórico da Academia de Coimbra.

Foi a maior manifestação depois do 1.º de Maio de 1974 a que a cidade do Mondego assistiu, segundo a opinião generalizada. Várias iniciativas assinalaram também esta data em Viseu, sendo de destacar o comício realizado no Rossio e em que estiveram presentes cerca de três mil pessoas. Também aqui as comemorações se prolongaram até à noite tendo sido inaugurada na manhã de domingo uma artéria da cidade, que passou a denominar-se “Avenida 1.º de Maio”.

Por seu turno, em São João da Madeira, uma concentração de cerca de quatro mil trabalhadores, defronte das instalações do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçado, actividade predominante daquela localidade, constituiu um dos aspectos mais significativos da comemoração do 1.º de Maio.

Convocados pelos sindicatos locais, perto de cinco mil trabalhadores compareceram num comício realizado em Ovar, zona industrial, o qual contava ainda com o apoio das comissões de trabalhadores das mais importantes empresas da região. Entretanto, em Aveiro há muito já que o Dia dos Trabalhadores vinha sendo comemorado com diversas iniciativas no decorrer da semana passada e que tiveram maior significado no último domingo com a presença de alguns milhares de pessoas. Também Agueda viu a sua população na rua para festejar, a exemplo de outras localidades, o 1.º de Maio.

Entretanto, em Braga, promovidas pela União dos Sindicatos desta cidade, pelos Sindicatos dos Metalúrgicos, Têxteis, Construção Civil, Marceneiros, Vestuários, Rodoviários, Comércio, Panificação, Electricistas e Calçado e com o apoio de Comissões de Trabalhadores de diversas empresas, as comemorações atingiram o momento mais significativo quando cerca de cinco mil pessoas se concentraram na Praça do Município, profusamente engalanada.

Vários foram os dirigentes sindicais que usaram da palavra abordando alguns dos problemas que presentemente mais afectam os trabalhadores. Após terem sido aprovadas várias moções, nomeadamente de apoio à Cooperativa “Os Pioneiros” e a outra proposta pela Comissão Unitária de Mulheres contra o aumento do custo de vida, realizou-se uma manifestação durante a qual se integrou muita gente que não participara no comício.

Também em Famalicão milhares de pessoas saíram para a rua, a fim de participarem nos

festejos do 1.º de Maio, que decorreram na Rotunda, frente à estação, estimando-se em cerca de sete mil os que ali se concentraram. Por seu turno, em Fafe, mais de duas mil pessoas estiveram presentes durante o comício realizado no jardim e durante o qual usou da palavra um dirigente da secção local do Sindicato dos Têxteis.

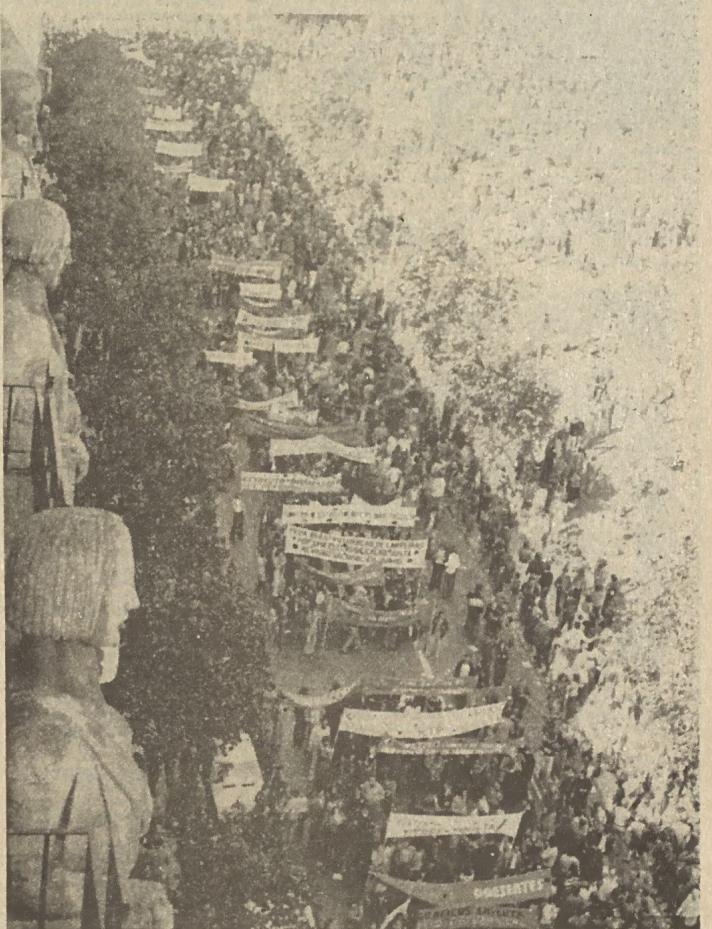
Mas o Dia Mundial do Trabalhador foi igualmente comemorado nos concelhos situados fora do Grande Porto. Em Penafiel, realizou-se um comício-festa com mais de três mil pessoas, o mesmo sucedendo em Freixo, onde estiveram presentes cerca de 1500 pessoas. Por iniciativa de um grupo de trabalhadores e da Comissão Sindical da Taboaria, realizou-se em Amarante uma concentração com meio milhão de pessoas, finalizando com uma sessão de canto livre.

Santo Tirso, por seu turno, realizou a maior manifestação do 1.º de Maio ali promovida, com a participação de mais de três mil pessoas que enchem por completo a Praça de Carvalhais.

Diversos plénários em numerosos concelhos do distrito

de Viana do Castelo antecederam as comemorações do 1.º de Maio naquela cidade e que se concretizaram numa das maiores manifestações de sempre. Convocada pela União dos Sindicatos local e por diversas comissões de trabalhadores a concentração que se realizou na Praça da República e que foi antecederada por uma extensa caravana que percorreu algumas das ruas da cidade reuniu alguns milhares de pessoas.

Durante o comício usaram da palavra um membro do Secretariado da CGTP-IN, um camponês, um jovem, uma mulher e um reformado, focando todos eles os respectivos problemas do sectores laborais que representavam. O desfile que depois se realizou, levou a toda a cidade o entusiasmo dos trabalhadores pela comemoração daquela data. Durante a manhã tinham-se realizado provas desportivas integradas nas comemorações. As comemorações prolongaram-se pela noite com a apresentação de uma peça de teatro. Na véspera realizara-se uma festa dedicada às crianças.



A caminho da Praça General Humberto Delgado

geiras presentes e, por seu intermédio, aos trabalhadores de todo o mundo.

Proseguindo, Manuel Freitas caracterizou a jornada que estava prestes a terminar declarando: «O 1.º de Maio deste ano é antes de mais uma grande jornada de luta e unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical. O Dia Mundial do Trabalhador, que aqui estamos a comemorar, é uma poderosa afirmação da força das massas trabalhadoras organizadas. É a consagração indimentável da disposição de luta dos explorados contra a reacção e o fascismo, contra o imperialismo e aqueles que lhe fazem o jogo».

Mais adiante, acentuou: «Os trabalhadores e o Movimento Sindical têm vindo a demonstrar diariamente através das pequenas e grandes lutas nas empresas, nos sectores, nas fábricas, nos escritórios, que não cederão naquilo que consideram fundamental. E o que

é fundamental para os trabalhadores, o que é fundamental para o Movimento Sindical Português, é defender, reforçar e alargar as conquistas do 25 de Abril! Não estamos dispostos a voltar ao fascismo! Não estamos dispostos a perder as liberdades fundamentais e a democracia! Não estamos dispostos a abdicar das conquistas duramente conseguidas e defendidas nestes 3 anos de revolução! Defenderemos a Reforma Agrária, porque sabemos bem o que ela significa para os trabalhadores e para a economia do país! Defenderemos as nacionalizações, porque conhecemos na carne a exploração monopolista e sabemos muito bem a importância de um amplo sector da economia fora do controlo dos monopólios! Defenderemos o controlo operário nas empresas e sectores, porque conhecemos por experiência própria as consequências do boicote patronal e do capitalismo estrangeiro!

Defenderemos a Constituição da República Portuguesa, porque reflecte a vontade e aspirações do povo português e consagra a construção do socialismo no nosso país!

Defenderemos intransigentemente a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, porque temos consciência que só unidos e organizados seremos capazes de defender a liberdade, a democracia, as conquistas da Revolução!

A terminar o comício foi aprovada uma moção que sintetiza os principais objectivos da luta dos trabalhadores e formula as suas reivindicações fundamentais. Cerca das 20 horas, iniciou-se, ainda com a presença de milhares de pessoas, uma sessão de canto livre que começou com algumas das «heróicas» de Lopes Graça, interpretadas pelo Coral da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e terminou com «Grândola, Vila Morena».

UM DESFILE INESQUECÍVEL

Um desfile como este não é fácil de esquecer-lo nem classificá-lo. Tratou-se de mais um acontecimento histórico que assim terá de ser visto pelas várias forças políticas, de um lado aqueles que querem consolidar e aprofundar as conquistas do 25 de Abril, do outro os inimigos dos trabalhadores e do progresso social.

Com uma tradição de muitas dezenas de anos, o 1.º de Maio comemorou-se e comemora-se em todo o mundo. É o Dia Internacional do Trabalhador e os trabalhadores fazem dele uma jornada ora de luta, ora de festa, ora de festa e luta, como foi o caso neste dia que passou e em que centenas de milhares de pessoas, povo trabalhador, os principais interessados nas transformações revolucionárias operadas desde há três anos, desfilaram, mostraram aos seus inimigos a sua força e determinação, mostraram aos

hesitantes o caminho a seguir, mostraram a si próprios aquilo de que são capazes — a unidade, a determinação, a consciência de que são os principais obreiros da riqueza de Portugal e como tal têm de ser ouvidos nos principais aspectos da política do Governo.

Se em 25 de Abril, poucos dias antes, por todo o país, em festas e comícios se lembrou a conquista da liberdade que os Capitães de Abril com a sua arrancada derrubando o regime vieram permitir, não deixaram os trabalhadores de lembrar que essas mesmas liberdades, intimamente ligadas às outras conquistas da revolução, estão ameaçadas, pela constante pressão da direita e do fascismo e pela política antioperária do Governo e dos dirigentes do Partido que governa. Nesse dia desfilaram em Lisboa as Forças

Armadas em cujo seio se encontram muitos dos revolucionários que fizeram o 25 de Abril, muitos dos que aderiram aos ideais propostos a todos nessa data, onde se encontra o povo fardado que é necessário na defesa e consolidação do que foi conquistado, que é necessário para que a Constituição seja defendida e cumprida.

No 1.º de Maio desfilaram as forças da outra componente de uma aliança que ainda permanece, embora as vicissitudes de um processo revolucionário complexo e cheio de inimigos e de falsos amigos tivesse ao longo de três anos, procurado apagá-la. Desfilaram os trabalhadores. E apresentaram as suas forças ainda mais unidas, temperadas numa luta cheia de acidentes que foram vencendo. Mais organizações. Mais conscientes. Mais numerosas.

Mais numerosas, sim. Este desfile não foi a apoteose de 1974, não teve talvez o mesmo número de gente. Mas não teve, é de salientar, o número de "democratas" da última hora, que pouco depois se preparavam para destruir o que Abril trouxe.

Mais conscientes. Porque sabem o saber que lhes fez falta em alguns momentos do processo revolucionário que continua. Porque na luta diária contra o regresso do fascismo, contra o divisionismo, contra a demagogia "esquerdistas" e outras, se fortaleceram.

Mais organizados porque souberam construir na unidade o que as mais diversas forças procuraram impedir. Uma grande Central Sindical cuja luta mergulha as suas raízes nos tempos negros do fascismo, veio à luz do dia em Abril de 74 e desde então, através de milhares de lutas e mobilizações tem atraindo a confiança de todos os trabalhadores.

Não admira portanto que a palavra de ordem mais ouvida durante o grandioso desfile fosse CGTP — Unidade Sindical!

SOL E SOMBRA

Enquanto na sombra de algumas salas do país, punhados de gente que ignora os caminhos da História ou tem a veleidade de se lhes opor, se reunia para propor "alternativas", desde a reunião do Porto ao mini-comício do PSD, paritizando a data da unidade e fechando os olhos piscos ao futuro; enquanto, em família, alguns arredados da realidade escolhiam as frondosas sombras do Buçaco, ao sol de Maio os trabalhadores desfilavam.

E vieram desfaldando as suas bandeiras e as suas faixas, tantas que é impossível enumerá-las, tantas e tão diversas que apenas podemos aqui dizer com simplicidade que eram as bandeiras da unidade, bandeiras e faixas que representavam só por si centenas de milhares de trabalhadores organizados nos seus sindicatos, que elegeram os seus dirigentes e os seus delegados, as suas Comissões de Trabalhadores.

E trouxeram os seus carros alegóricos. Alegóricos a quê?

Se alguém tivesse dúvidas desfazê-las-ia ao vê-las passar. Desde o fim da manhã que chegavam os carros. Vimos um deles a atravessar a Ponte — era o da Setenave, cujas letras, a verde, simbolizavam o mar, e, sobre elas, o estaleiro. Alegóricos de quê? — Alegóricos ao trabalho, à riqueza que só os trabalhadores produzem. Uma Berliet, da Duarte Ferreira, carregava alfaias. Alegóricas do esforço para a reconversão, imaginada e levada à prática pelos trabalhadores. Muitos táxis do Autocooop desfilaram. Alegóricos do esforço cooperativo dos trabalhadores. À frente vinha o carro da CUF Nacionalizada. Alegórico do esforço que todos os trabalhadores empenham na defesa de tão importante conquista — as Nacionalizações.

Ao sol de Maio, mais de três horas de cortejo, impossível de avallar na sua extensão. Acabava o comício em que alguns dirigentes sindicais tomaram a palavra, já a brisa fresca do fim da tarde varria o Estádio e ainda o cortejo tentava entrar no vastíssimo recinto. Durante essa marcha gloriosa em que se manifestou a firmeza dos trabalhadores em defenderem e consolidarem a sua unidade, lutando por um país melhor e contra as medidas que pretendem debilitar a sua influência, o cortejo foi aplaudido vibrantemente pelos muitos milhares de pessoas que aguardavam nos passeios a altura de se integrarem e desfilarem também. Bandeiras nacionais nas janelas, colchas e faixas nas janelas abertas sobre o povo que passava, o percurso foi uma festa de cor, de alegria, de patriotismo.

Desenganem-se aqueles que pensam ou dizem que não há razão para que hoje o 1.º de Maio seja uma jornada de luta. Com a flexibilidade e a inteligência política adquirida ao longo da sua experiência, os trabalhadores souberam fazer a festa e a luta.

Palavras de ordem cantadas ao ritmo das músicas populares puseram a alegria nas vozes de todos. Gritava-se que o povo não aguenta o custo de vida que aumenta, que a recuperação económica devia ser feita ao serviço dos trabalhadores, gritava-se avante pela Reforma Agrária, cantava-se a luta e a unidade, mas festejavam-se as conquistas que souberam fazer e preservar durante estes três anos.

HAVEMOS DE CHEGAR AO FIM DA ESTRADA

O Cortejo, que os Reformados encabeçaram, trazia em si a juventude da esperança e da confiança. E trazia também a juventude, que se viu mais participativa ainda. Muitos milhares de jovens incorporaram-se no gigantesco desfile. E marcaram-no com o seu optimismo, com o seu calor. Rebatavam as canções unitárias que a juventude mais facilmente aprende e canta, e, lado a lado, não foi raro ver velhos e jovens, braço dado, cantar a mesma canção, cadenciando o passo, certos todos de chegar ao fim da estrada. Longamente, num percurso já conhecido de outras jornadas, o desfile avançou. De vez em quando estalavam palmas e as palavras de ordem faziam-se ouvir mais forte. E que algum companheiro de jornada nos acenava da janela. Não houve glorificações de personalidades, nem oportunidade a apelos demagógicos. CGTP-Unidade Sindical aparecia nas vozes, celebrando sempre a unidade que marcou este 1.º de Maio.

Muitas janelas se abriram e, lembrando o outro Maio, em 1974, muitas ofereciam água aos que passavam. Rumo a uma vitória difícil mas certa, encheram-se com o passo cadenciado dos trabalhadores, os caminhos da unidade.



Na Avenida dos Estados Unidos da América

Foi em Lisboa, naturalmente, que as comemorações do 1.º de Maio atingiram maior grandiosidade e significado, com a realização de uma impressionante manifestação, em que participaram mais de 300 mil pessoas, seguida de concentração no Estádio 1.º de Maio, a maior desde sempre ali realizada. De como tudo se passou damos notícia nestas duas páginas



VALEU A PENA

Passado que foi o 1.º de Maio, ressaltou unânime a opinião de que a manifestação do povo trabalhador, este ano, apenas era comparável à realizada em 1974. Nessa altura foi a novidade e a alegria da Pátria libertada. Agora foi a determinação e a consciência na luta pela defesa das conquistas alcançadas e por uma vida melhor. Foi isso que levou, em todos os pontos do País, centenas de milhares de pessoas a manifestarem-se nas ruas.

Mas se a manifestação foi grande nem por isso deixou de ser menor todo o trabalho de mobilização desenvolvido a nível nacional.

As paredes cobriram-se de cartazes anunciando as comemorações e isto só foi possível devido ao esforço dos trabalhadores que, nas horas de descanso, organizados em brigadas, com escadas, baldes de cola e rolos de cartazes não se prepararam para que nem um só cartaz dos milhares que foram impressos ficasse por afixar.

O mesmo sucedeu nos sindicatos onde os trabalhadores, pela noite fora, pintavam cartazes de pano para desfilarem na manifestação, serviam ripas de madeiras para sustentarem os cartazes ou se dedicavam a outras tarefas directamente ligadas com as comemorações do 1.º de Maio, num entusiasmo próprio de quem festeja o seu aniversário.

Os recintos onde se realizaram os comícios, por todo o País, necessitaram de ser decorados e também desta vez os trabalhadores não se furtaram à tarefa, muitas vezes feita à última da hora devido aos condicionamentos dos recintos utilizados. Outro tanto se passou com a instalação da aparelhagem sonora.

Os que decoraram os carros alegóricos para o desfile em Lisboa não pouparam igualmente o seu entusiasmo e esforço.

Também os trabalhadores que estiveram no serviço de ordem no decorrer das manifestações e os que fizeram a propaganda sonora — utilizando quantas vezes os seus carros — contribuíram, como todos os outros que se toma impossível enumerar, para que as comemorações do 1.º de Maio em Portugal correspondessem aos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral.

Os esforços nos preparativos foram árduos — mas valeu a pena.



Dirigentes do PCP integraram-se no desfile



DESPORTO E CONFRATERNIZAÇÃO NUMA MANHÃ QUE TAMBÉM FOI DE FESTA

Além de terem constituído uma grandiosa jornada de luta do povo trabalhador, as comemorações do Dia Mundial do Trabalhador desenvolveram-se por todo o país num ambiente de festa, de amizade, de solidariedade e convívio, ao qual também não faltou o desporto.

Depois da alvorada com foguetes e do desfile de uma banda de música, Lisboa, por exemplo, assistiu à Manhã Desportiva do 1.º de Maio. O centro das iniciativas foi o Estádio 1.º de Maio, mas houve actividade desportiva na rua. Pelas 9 horas, partiam de Paço de Arcos 64 ciclistas, trabalhadores das zonas de Lisboa e Setúbal, que passaram por Cascais, Boca do Inferno, Guincho, Areia, Birre, Malveira da Serra, Alcabideche, Autodril, Ramalhão, Fanholas, Cacém, Cabos Ávila, Portela da Ajuda, Estádio Pina Manique, Campo Grande, Av. Rio de Janeiro, terminando no Estádio 1.º de Maio, onde seriam vibrantemente aplaudidos, tal como tinha acontecido ao longo do percurso (65 quilómetros). A prova viria a ser ganha por Georgino Seixas, do Bombaralense, com o tempo de 1 hora e 43 minutos. Entretanto, já tinham chegado ao Estádio 1.º de Maio, que registava a presença entusiástica de milhares de pessoas, 192 atletas que tomaram parte numa prova de 5 mil metros, iniciada às 10 e 45 nos Restauradores. Saiu vencedor Fernando José, do Sindicato da Construção Civil. Durante a manhã, realizaram-se

no estádio outras provas de atletismo (1500, 400, 200 e 100 metros), saltos (altura e comprimento), lançamentos (peso) e ainda tomeios de vólei-bol (jogos de 20 minutos), andebol de 7 e futebol de 5. No campo principal, a selecção da Cintura Industrial de Setúbal (CIS) venceu a sua congénere de Lisboa por 3-1, num desafio de futebol que despertou o interesse de todos quantos aquela hora já estavam no Estádio 1.º de Maio.

"Esta manhã desportiva foi, na verdade, um êxito. Tudo correu como estava previsto. Em números redondos poderemos dizer que participaram nas provas desportivas realizadas aqui, no estádio e nas que aqui terminaram (prova de ciclismo e prova popular de atletismo) mais de 700 atletas, assim distribuídos: atletismo — 423; andebol, vólei-bol, futebol de 5 e de 11 — 290; e ciclismo — 64". disse-nos Higinio Santos, um dos elementos da Comissão Organizadora das comemorações do 1.º de Maio e membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa (USL). Homem ligado ao desporto e ao movimento juvenil, Higinio Santos — que juntamente com os companheiros Cruzeiro (Metalúrgicos) e João Manuel (Função Pública) foi responsável pela organização desta manhã desportiva — afirmou-nos ainda que estava prevista, em princípio, a participação de jovens com menos de 16 anos nas iniciativas desportivas do 1.º de Maio, como

aconteceu em 1976. Isto não se tornou possível devido à falta de colaboração da Direcção-Geral dos Desportos (DGD) colaboração essa que só solicitámos através de uma carta enviada em 4 de

Durante a manhã foram, na verdade, muitas e muitas as pessoas que acorreram ao Estádio 1.º de Maio. Iam assistir às provas desportivas, procurar uma sombra, comer um petisco, conviver,



Um lugar de destaque para a participação juvenil

Abriu, que só seria respondida, pelo telefone, nas vésperas deste dia...

DURANTE A MANHÃ

Desde o princípio da manhã que o Estádio 1.º de Maio teve a presença entusiástica de milhares de pessoas, que se encontravam nas bancadas, nos relvados, nos terrenos, em todo o extenso parque. E a alegria já se preparava para receber o grandioso desfile que ia partir da Alameda dentro de poucos momentos.

esperar pelo desfile. Logo à entrada do recinto, viam-se aglomerados em volta das bancadas de autocoolantes. Um pouco mais adiante, lá estavam as improvisadas barracas de comensais e bebês e outras tendas com materiais da CGTP-IN, do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, da USL, dos Gráficos, das empresas em autogestão, do Grupo de Trabalho dos Reformados, dos Metalúrgicos, dos Electricistas do Sul, do Autocoope, da Sassetti, entre outras.



Dirigentes Sindicais a caminho do Estádio

UNIDADE! UNIDADE! UNIDADE! – gritou-se ininterruptamente no Estádio 1.º de Maio

Só uma política económica virada para a resolução dos problemas e carências do povo, alçada no desenvolvimento da Reforma Agrária e das nacionalizações, que garanta a concretização do projecto socialista que a Constituição aponta, é susceptível de estimular o empenhamento de todos os trabalhadores na recuperação da crise económica e na construção de um País novo. Defina-se uma tal política e os trabalhadores e as suas organizações não pouparão

esforços para a realizar — afirmou Armando Teixeira da Silva, do Executivo do Secretariado da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical, e presidente da direcção do Sindicato dos Gráficos do Norte, ao encerrar o grandioso comício com que culminaram em Lisboa as comemorações do 1.º de Maio de 1977.

Num estádio que foi pequeno para receber a enorme massa de trabalhadores que no domingo vieram para a rua em impressionante jornada de luta e confiança no futuro, os problemas da reconstrução económica nacional e da unidade de todos os trabalhadores foram os temas centrais das quatro intervenções que assinalaram as posições da CGTP-Intersindical sobre as principais questões com que se debate o nosso País.

A denúncia da recuperação capitalista e da política do Governo PS, que continua a ignorar as propostas apresentadas pelos trabalhadores, foi também claramente feita. Teixeira da Silva afirmou a propósito — Passados três meses de luto e de entrega o Caderno Revolucionário Imediato dos Trabalhadores Portugueses (aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos), o Governo não só não deu qualquer resposta como, pelo contrário, cedeu às pressões de todas as forças conservadoras e reaccionárias e decidiu atacar a Reforma Agrária, liberalizar os despedimentos, aumentar o custo de vida, congelar os salários, entregar as empresas intervenionadas aos antigos sabotadores, multiplicar a hipoteca do País ao estrangeiro e dividir o Movimento Sindical.

Uma resposta positiva ao Caderno Revolucionário (onde estão contempladas todas as questões que preocupam os trabalhadores, incluindo aquelas que constituíram os objectivos da grande jornada de luta que foi o 1.º de Maio) resolveria muitos dos conflitos laborais que se têm vindo a dar.

Constantemente aplaudido, salientou: Nunca o Movimento Sindical se escusou a pronunciar ou participar, com responsabilidade e espírito de classe, em qualquer assunto que tenha em vista consolidar o Estado Democrático.

Nós afirmamos mais uma vez, e publicamente, que estamos dispostos a dialogar com o Governo e que o Movimento Sindical tem propostas concretas e construtivas a apresentar; mas também afirmamos, com idêntica sinceridade, que a recusa em dar satisfação aos justos anseios dos trabalhadores levará

inevitavelmente à agudização desses conflitos e ao agravamento das tensões sociais, o que só interessa aos inimigos da democracia, e de cujas consequências o Governo se torna o principal responsável.

«CGTP — unidade sindical», foi o grito que muitas vezes interrompeu o orador que, a dado passo, reafirmaria: O Movimento Sindical não abdica da responsabilidade social que lhe cabe de defender intransigentemente os interesses dos trabalhadores, que se identificam com os interesses nacionais definidos na Constituição.

A luta dos trabalhadores portugueses pela defesa dos seus interesses de classe — diria ainda Armando Teixeira da Silva — e será sempre uma luta pela defesa da democracia tão duramente conquistada; por isso ela inserir-se-á no quadro

a forma calorosa com que os trabalhadores saudaram Kalidás Barreto, trabalhador têxtil, socialista, membro do executivo do Secretariado da CGTP-IN.

«Unidade» foi ainda o tema da intervenção deste dirigente sindical:

Há um ano fizemos aqui um apelo veemente à unidade, não dirigido ao coração, mas endereçado à inteligência, à consciência de classe. Tínhamos, então, a convicção que perigos enormes se avizinhavam; tínhamos, então, a perfeita noção de que negras nuvens se iriam acumulando no horizonte.

Infelizmente nem toda a gente quis ouvir o apelo; nem toda a gente foi capaz de compreendê-lo.

E prosseguiu, concretizando: É que a unidade não pode ser um simples balbuciar de princípios; é que a unidade não pode ser só

inequívoco. Só não reconhecerá o que conscientemente se negam a ver a realidade.

O comício começou mais tarde que o previsto, pois, malgrado os largos milhares de pessoas que cedo começaram a encher o Estádio 1.º de Maio, pretendia-se esperar pelos companheiros que ainda vinham em manifestação. Quando já passava das 17.30, porém, verificou-se que tal não seria possível. Pela simples razão de que o recinto estava repleto e a cauda do desfile ainda vinha longe. Tanto, que os últimos a chegar já só puderam assistir ao espectáculo musical que encerrou as comemorações, e quando muitos milhares já se espalhavam de novo pelas ruas no regresso a casa.

O comício havia começado com uma intervenção de Ribeiro da Silva, da União dos Sindicatos de Lisboa, que criticou a política dos Ministérios da Agricultura e Pecuária

AO ENCONTRO DA MANIFESTAÇÃO

Há muito, já, era unânime a ideia de que este 1.º de Maio seria diferente. E foi-o, tanto na participação — só igualada em 1974 — como na vontade expressa pelos trabalhadores de lutarem pelos seus direitos e que o Governo insiste em restringir. Jornada de luta, foi-o também de comemorações, pelo significado importante da data. E o convívio passou dos locais de trabalho para todos os pontos onde os trabalhadores e os seus familiares se reuniram, desde o piquenique ao local de encontro, antes de se dirigirem para a grande concentração na Alameda D. Afonso Henriques e que antecedeu a manifestação até ao Estádio 1.º de Maio.

Aqui, por volta das 13 horas, a aglomeração era notória. Enquanto uns ainda disputavam o farnel, outros sacudiam as migalhas e dispunham-se a ocupar um lugar nas bancadas do estádio que por essa altura já estavam quase todas ocupadas. No exterior, um movimento desusado, um bulício de festa, uma animação renovada. As pessoas entravam e saíam, paravam nas barracas, compravam as mais diversas coisas que ali se vendiam, conversavam em grupos ou ficavam, simplesmente, a apreciar todo aquele movimento e colorido.

Mas a agitação não se ficava pelos arredores do estádio, antes se prolongava ao longo do trajecto que seguiria a manifestação.

Muitos eram os que, passada a manhã no estádio ou findo o almoço em companhia dos camaradas de trabalho, se dirigiam para a Alameda.

Era visível, na Avenida dos Estados Unidos, essa movimentação que um escasso trânsito automóvel mais realçava. Aos grupos desciam a avenida, em cada peito um autocolante, cartazes enrolados ao ombro, para desaparecerem à esquina da Avenida Gago Coutinho. Por vezes, passava um carro com uma bandeira desfraldada ou um cartaz

colado na pintura. Um apito breve, trocavam-se saudações: vendo-se pela primeira vez, conheciam-se há muito.

Uma farmácia que, na Avenida Gago Coutinho, ostentava, na montada, dois cartazes alusivos ao 1.º de Maio, era motivo de comentário por parte dos que passavam. Aliás, as conversas não se afastavam muito do tema central daquele dia: um dizia que da Amadora viriam vários comboios cheios de gente, outro acrescentava que do seu prédio, em Sacavém, ninguém ficara em casa. Em todos a certeza de que os trabalhadores não faltarão àquela jornada.

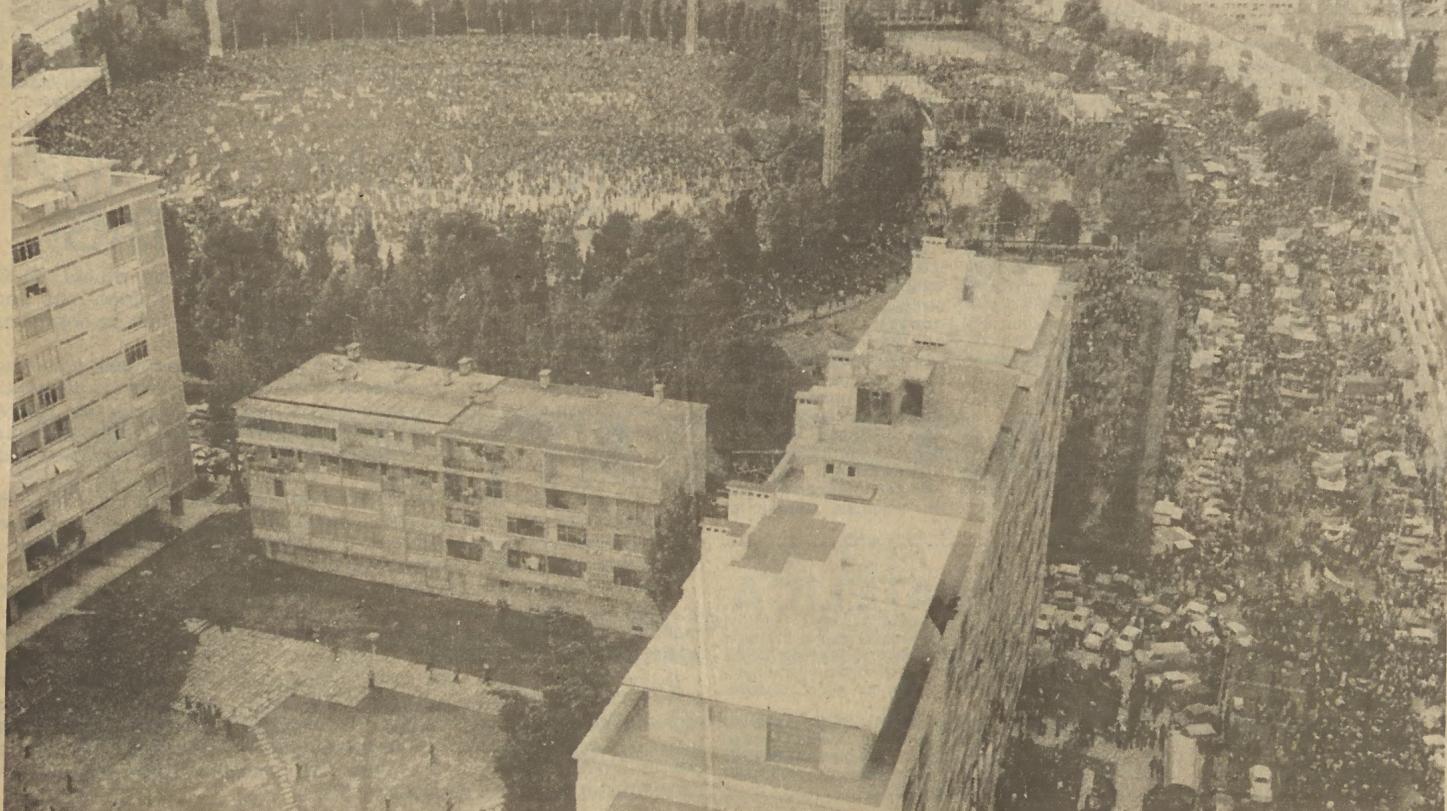
Nas proximidades da Praça do Areeiro o movimento aumentava. Na convergência para a Alameda muitas pessoas passavam por ali. Aquela praça foi também o ponto de encontro de todos os reformados que participaram na manifestação. E a azáfama era grande.

Preparavam-se os cartazes, amarravam-se melhor as estacas que sustinham os panos, desfraldavam-se bandeiras. Centenas de reformados do Barreiro, Queluz, Montijo, Moita, Cruz-Quebrada, Dafundo, Baixa da Banheira, Amadora, Lavradio, Buraca, Benfica, Moscavide e Alcântara aguardaram ali a chegada da manifestação para depois se integrarem no cortejo, à frente, recordando a todos a difícil condição de quem deu toda uma vida ao trabalho e que no final se vê reduzido a todas as privações.

A partir da Avenida Almirante Reis, começava a multidão que se estendia até à Alameda e arredores. E a todo o momento continuava a chegar gente, ora isolada, ora em pequenos grupos, que rapidamente se dissolviam na aquele mar humano. O metropolitano, os autocarros eram insuficientes para transportar todos os que ali se dirigiam e ainda vinha longe a hora do início da manifestação.



Ao encontro da manifestação



Já o Estádio se encontrava quase cheio e ainda o fim da manifestação vinha longe



da Constituição da República, que o Congresso de Todos os Sindicatos decidiu cumprir e lutar pelo seu cumprimento.

E a terminar o dirigente sindical afirmou, confiante: As dificuldades que hoje existem são grandes mas não são suficientes para fazer alterar o sentido da marcha deste País, que tanto amamos; na senda da democracia e do Socialismo.

NA UNIDADE DEFENDEREMOS A DEMOCRACIA

«Unidade, Unidade» foi sem dúvida a palavra de ordem que mais se fez ouvir durante todo o comício, como de resto durante todas as realizações deste 1.º de Maio, que muita, muita gente não hesitou em considerar «as maiores de sempre».

«Unidade, Unidade» foi também

desejo; é que a unidade não pode ser só sentimento!

Unidade para nós não significa obediência ou submissão. Unidade, para nós, pressupõe diálogo, entendimento, coragem de se dizer na frente o que se murmura nas costas, respeito pelas opiniões dos outros, discussão, viva de toda a problemática.

Unidade não é, porém, um fim; há-de ser, antes, o meio indispensável à consecução do objecto final: a construção da sociedade sem exploradores nem explorados!

HÁ QUEM QUEIRA DIVIDIR OS TRABALHADORES

Com o Estádio repleto de gente e de entusiasmo e com a manifestação ainda longe de ter terminado, Kalidás Barreto prosseguiu o seu veemente apelo à unidade.

A CGTP-IN exorta todos os trabalhadores à unidade, à reconstrução do País, como definiu tão bem o Programa de Acção aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos.

Os nossos adversários não gostarão muito desta exortação; gostaríamos mais de nos ver desinteressados e desmobilizados, para melhor conseguirmos os seus objectivos. Há quem queira dividir os trabalhadores para garantir a sua sobrevivência política! Desesperados, procurem por todos os meios dividir-nos e chamam-nos antidemocratas.

E mais à frente o orador perguntaria, vivamente aplaudido pela assistência: Se os trabalhadores que se encontram concentrados, nesta hora, aqui e em mais quarenta sedes de concelho e dezoito distritos, incluindo as ilhas, não são democratas; se toda esta gente que anela pela unidade e quer um Movimento Sindical Unitário e uma Central Única, não é democrata, então onde é que estão os democratas?

É que se a Central não é democrática, salientou, não são os duzentos e setenta e dois sindicatos que estiveram no Congresso, não os são as duzentas e setenta e duas direcções eleitas, e não são democratas os trabalhadores portugueses que as elegeram por voto directo e secreto! E eu recuso-me a admitir que os trabalhadores portugueses não sejam democratas!

«Unidade sindical» foi grito que milhares e milhares de bocas não se cansaram de repetir, não só em Lisboa como por todo o País. Se alguém tinha dúvidas do apoio que os trabalhadores dão à sua Central Sindical, o 1.º de Maio de 1977 serviu de esclarecimento

e do Trabalho, apelando, também, para a unidade na luta pela recuperação da economia ao serviço dos trabalhadores e da independência nacional. «A revolução não falha, servindo quem trabalha» foi uma das palavras de ordem com que assistência apoiou a intervenção.

Uma homenagem a todos os que, no anonimato, nas fábricas, nos campos e em todos os locais de trabalho reforçam a unidade e lutam persistentemente para que as suas conquistas se mantenham e consolidem foi feita por Artur Matias em nome da Cintura Industrial de Lisboa e da Cintura Industrial de Setúbal, que em seguida falou dos problemas com que se debatem as empresas intencionadas devido à política de recuperação capitalista seguida pelo Governo.

A solidariedade internacional, consubstanciada na presença de inúmeras delegações estrangeiras — a que se juntaram trabalhadores suecos que desfilaram com os trabalhadores portugueses empunhando um cartaz com «cumprimentos socialistas» — esteve também presente neste magnífico 1.º de Maio.

Mas nem só alegria e luta encheu este 1.º de Maio. Um minuto de silêncio foi guardado em memória dos dois operários da Portocel que recentemente morreram em consequência da explosão de uma caldeira que funcionava sem condições de segurança.

A luta que travamos é também para que casos como estes se não repitam.

Como muitas vezes se gritou em Lisboa e em todo o País: Venceremos! Portugal há-de vencer!

Durante o comício encontravam-se na tribuna, a convite da CGTP-IN, delegações das seguintes organizações estrangeiras: Federação Sindical Mundial, Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, União dos Sindicatos Livres da Alemanha (RDA), Conselho Central dos Sindicatos Húngaros, Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros, Conselho Geral dos Sindicatos Polacos, União dos Sindicatos Romanos, Central dos Trabalhadores de Cuba, Central Única dos Trabalhadores (CUT-Chile), União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, Movimento Sindical de São Tomé e Príncipe, Confederação Geral do Trabalho (CGT-França), Confederação Sindical Comissões Obreras (Espanha), União Sindical Obrera (Espanha), Federação Unitária CGIL/CISL/UIL (Itália), Confederação Internacional dos Sindicatos Arabes e Central Única dos Trabalhadores Finlandeses.

O PCP FACE AO APROVEITAMENTO DA ENERGIA NUCLEAR COM VISTA AO FUTURO

A energia nuclear é reconhecidamente uma fonte alternativa de energia de grande importância a médio e longo prazo. Pretendendo antecipar esse futuro, os países mais desenvolvidos da esfera capitalista programaram a instalação acelerada de centrais nucleares para a produção de energia eléctrica.

Todavia, quer por a tecnologia nuclear não estar ainda amadurecida, quer por haver dúvidas e receios, expressos tanto por técnicos como pelas populações, quer também, e principalmente, em resultado da crise geral do capitalismo, que agravou os custos e reduziu a taxa de crescimento dos consumos de electricidade, por todas estas razões as metas atingidas têm ficado muito aquém das metas fixadas nos programas de electrificação nuclear dos países capitalistas.

Pela sua alta tecnicidade e custo de investimento, a indústria nuclear é dominada por um muito restrito número de poderosos monopólios. Após enormes investimentos haverem sido comprometidos, a indústria nuclear construtora das centrais nucleares contava poder agora iniciar a acumulação de lucros. Todavia, as actuais condições não lho permitem, pelo que a crise em que mergulha a indústria nuclear se inserir e aprofunda a crise geral do sistema capitalista.

Lutando pela sua sobrevivência, os monopólios nucleares procuram assegurar um nível de produção rentável, porém, não podendo colocar grande parte dessa produção nos seus próprios países, tentam então colocá-la em países de economia subsidiária politicamente dependentes; por esta forma exportando para os países menos desenvolvidos a crise económica que aflige os países capitalistas mais desenvolvidos.

A antiga CPE tinha um projecto de programa nuclear elaborado à imagem dos programas então propostos pelos países capitalistas industrializados os quais, como se veio a verificar, viriam a fracassar rotundamente. O programa nuclear actualmente preconizado pelo EDP recupera sem alteração de fundo o anterior projecto da CPE. Este programa iniciar-se-ia com a instalação de uma primeira central nuclear em Ferrel (Peniche) cerca de 1983, a qual seria reforçada com sucessivos reactores à média de um novo reactor de 2 em 2 ou de 3 em 3 anos. Um tal programa não tem devidamente em conta as actuais possibilidades do país nem responde aos interesses das classes trabalhadoras e do Povo português. Em particular, os trabalhadores das metalomecânicas, da construção de máquinas eléctricas e da construção civil, os engenheiros, técnicos e cientistas portugueses, que até hoje têm realizado o grosso dos empreendimentos do nosso sector eléctrico, conhecedores das exigências de um tal projecto, sentem que só de forma muito subsidiária nele poderiam participar.

Um programa de centrais nucleares apresenta aspectos diversos e complexos. Mas, da sua análise, resulta um nítido balanço desfavorável a um tal projecto na actual fase de desenvolvimento técnico e científico do nosso país e na grave situação económica e financeira que ele atravessa. A concretizar-se, tal projecto agravaria enormemente esta situação, sem vantagem previsível, bem como aprofundaria a nossa dependência face ao capitalismo internacional.

Do ponto de vista técnico e científico, constata-se que a tecnologia nuclear se encontra, ainda, em fase de rápida evolução a nível mundial, enquanto que os reactores nucleares actualmente comercializados fazem uso muito ineficiente do combustível nuclear. Seria, pois, precipitado iniciar um programa nuclear com tal tipo de reactor. Por outro lado, dada a debilidade em meios humanos e institucionais do nosso país no que respeita ao aproveitamento da energia nuclear, é limitada a capacidade de decisão e acção tecnicamente fundamentadas neste domínio e quase nula a capacidade de intervenção e participação, a curto prazo, num programa de centrais nucleares. O PCP defende a necessidade de proporcionar desde já os meios e de criar condições aos técnicos e cientistas portugueses para que a energia nuclear possa em devido tempo ser posta ao serviço do Povo português.

Do ponto de vista da gestão dos nossos recursos energéticos, há que reconhecer que é ainda muito insuficiente o conhecimento que temos deles, pelo que deverá ser acelerada a sua prospecção e avaliação. Quanto às nossas reservas de urânio, é facto serem relativamente significativas embora não tenham a grande importância que alguns exageradamente lhes atribuem. A ser cumprido o programa nuclear da EDP, com os reactores nucleares actualmente comercializados, as reservas de urânio hoje reconhecidas (cerca de 9000 toneladas) esgotar-se-iam ainda antes do fim deste século. Não se pode perder de vista que o integral aproveitamento destas reservas representará vários séculos de abastecimento de energia.

Do ponto de vista da participação da indústria nacional, há que não perder de vista que se dispõe de capacidades provadas e muito significativas em realizações energéticas convencionais (barragens hidroeléctricas e centrais termoeléctricas), as quais poderiam ser aniquiladas numa reconversão precipitada para as realizações nucleares.

Essa reconversão exigiria investimentos muito vultuosas nas próprias indústrias construtoras, o que só por si é hoje um problema. Exigiria, também, a reestruturação dos gabinetes de engenharia e das empresas da electromecânica e da metalomecânica pesadas, por forma a constituírem-se entidades

JOSÉ RALHA: UM CAMARADA QUE DESAPARECE

Em Alhandra, com a idade de 77 anos, acaba de falecer o camarada José Ralha, membro do PCP há mais de 40 anos.

Antigo valador e camponês das lezírias do Tejo e operário fabril desde 1933, José Ralha foi um destacado militante do PCP que muito contribuiu para a criação e desenvolvimento da organização comunista de Alhandra e do Baixo Ribatejo.

Em 1945, ingressou no Comité Regional do Baixo Ribatejo do PCP. Preso por duas vezes e torturado pelos esbirros da PIDE,

sobe sempre manter-se firme e fiel ao seu Partido à sua classe. José Ralha foi uma vida exemplar de honradez comunista e de devotação à causa dos trabalhadores.

O seu funeral ontem para o cemitério de Alhandra constituiu uma grande manifestação de pesar de toda a população trabalhadora local e de todo o Baixo Ribatejo onde José Ralha era profundamente estimado.

A sua mulher e filhos e aos comunistas de Alhandra envia o «Avante!» as suas condolências.

JORNADA DE CONVÍVIO NO «CURRY CABRAL»

A Célula do PCP do Hospital Curry Cabral (RGO) levou a efeito no passado sábado, no pavilhão H daquele estabelecimento hospitalar, uma alegre jornada de unidade e convívio, na qual participaram mais de 130 trabalhadores e doentes.

Entre outras iniciativas, o programa desta festa de confraternização incluiu um espectáculo que esteve a cargo da Secção Cultural do Grupo Musical "O Pobrezinho dos Olivais Sul". Além de danças rítmicas, poesia e Canto Livre, houve ainda uma sessão de teatro, tendo sido interpretada a peça "O Velho do Bordo".

Tal como nos afirmou a camarada Maria Teresa Sousa, enfermeira e membro do Secretariado da Célula do Partido no Hospital Curry Cabral, esta jornada de convívio, além de ter proporcionado a muitas pessoas,

comunistas e amigos do nosso Partido e outras sem filiação partidária, momentos de grande entusiasmo e de bom espectáculo cultural, contribuiu para o reforço da unidade e dos laços de amizade entre todos os trabalhadores e doentes do hospital.

SESSÃO EM VIALONGA

Hoje às 21 horas, na Casa do Povo de Vialonga, realizar-se-á uma sessão de esclarecimento sobre a situação económica, a que estará presente o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do PCP.

Criticando severamente a oportunidade e a vantagem do programa nuclear, o PCP não esquece a importância fundamental que o abastecimento energético tem para o desenvolvimento do país. Mas para este existe uma alternativa, que passa por medidas muito concretas

com a capacidade e credibilidade suficientes a serem aceites na participação dum empreendimento tão vasto e complexo como a construção de centrais nucleares. As condições para concretizar esta reestruturação são problemáticas e a sua conveniência será determinada por objectivos nacionais mais amplos, de outro modo, correr-se-ia o risco de anular a capacidade de realização daquelas indústrias noutros sectores da vida nacional igualmente fundamentais. De qualquer modo, a participação da indústria nacional seria sempre em proporção minoritária, não só por as exigências de segurança nuclear serem incompatíveis com a nossa falta de experiência no domínio, como também por certas partes da central serem reservadas aos monopólios nucleares, como ainda por grande parte dos materiais a utilizar pela indústria nacional serem de importação.

O PCP considera que alegadas vantagens do programa nuclear do ponto de vista de participação do trabalho nacional são puramente especulativas e quase certamente erróneas, pelo que não poderão de forma alguma ser aceites como factor justificativo do referido programa.

Do ponto de vista do meio ambiente, sendo certo que as centrais térmicas, quer nucleares quer convencionais, são sempre fonte de poluição e de desequilíbrio ecológico, as centrais nucleares, pela maior dimensão em que são construídas, são mais exigentes quanto à escolha de localização compatível e produzem maior impacto ecológico. Por outro lado, a vantagem da produção muito centralizada de electricidade, favorecida pelas centrais nucleares, é uma vantagem questionável, já que a sua produção mais descentralizada é menos exigente do ponto de vista ecológico, mais adaptável ao reordenamento do território e possibilita melhor economia do combustível. Pelo seu impacto sobre o ambiente a implantação de centrais nucleares exige estudos pormenorizados e demorados que justifiquem a escolha do local e que forneçam informações necessárias à correcta elaboração do projecto, por forma a assegurar não virem a haver consequências nefastas do ponto de vista social ou económico. No caso particular de Ferrel, onde se projecta implantar uma primeira central, é sabido que há estudos ainda por iniciar e cuja execução é demorada; não dispor a tempo de todos os estudos necessários poderá lançar sobre as populações locais, sua saúde e sua subsistência, as consequências de um erro grave de programação. Neste momento são ainda incertas as consequências da perturbação do ambiente marinho junto a Ferrel, sendo legítima a apreensão generalizada da população do concelho de Peniche, pois que a pesca é a sua principal actividade económica cujo valor de produção atinge centenas de milhares de contos anuais.

Do ponto de vista das normas de segurança e processo de licenciamento, mais complexo no caso da indústria nuclear, sabidas as insuficiências nacionais nos próprios domínios convencionais, a debilidade em meios humanos e institucionais, não dá, a médio prazo, garantia de actuação eficaz desde a fase de estudo do sítio até ao arranque e exploração da central nuclear. Não podendo, pois, hoje afirmar-se haverá ou não condições que assegurem a protecção e a segurança dos trabalhadores da central e das populações vizinhas, uma vez que a central entre em operação.

Do ponto de vista económico, são muito preocupantes as incertezas que confluem sobre o programa nuclear:

1. O custo de investimento de centrais nucleares tem subido consistentemente duplicando de 4 em 4 anos no período de 1965-75.

2. As centrais nucleares são muito «capital intensivas» e a sua construção é muito dilatada (mínimo de 7 anos), pelo que a actualização do custo durante a construção vai penalizar grandemente o investimento. A experiência mostra que uma central nuclear custará, a preços correntes no termo da sua construção, pelo menos o triplo do seu custo no contrato inicial. Este fenómeno agravar-se-á ainda mais no caso português na medida em que o escudo continue sujeito a desvalorização, dado que mais de metade do investimento seria de origem externa.

3. Também os custos relativos ao combustível nuclear revelam nítida tendência a agravar-se. Assim, o custo do urânio quintuplicou em 3 anos apenas entre 1973 e 76, enquanto que o serviço de enriquecimento do urânio duplicou no mesmo período, sendo hoje ainda incertos os custos de reprocessamento do combustível e de eliminação dos resíduos radioactivos.

4. Os custos de produção, calculados na base dos preços actualmente em vigor, do kwh nuclear e do kwh convencional quase se igualam, sendo porém maiores as incertezas quanto ao custo do nuclear.

Do ponto de vista do financiamento, o programa nuclear parece irrealizável, sendo indefensável do ponto de vista da balança de pagamentos e uma ameaça à independência nacional:

1. Nos 10 anos iniciais, o programa nuclear orçará no dobro do programa convencional equivalente, o mesmo acontecendo quanto à componente de divisas estrangeiras, pelo que a alternativa nuclear é decididamente desaconselhável nesta fase da vida nacional, quando o país está descapitalizado e a balança de pagamentos é fortemente deficitária.

2. O financiamento do programa nuclear, aumentando muito a dívida externa, reduzirá grandemente a capacidade de acesso do país a novas fontes de financiamento para realizar outros empreendimentos em sectores eventualmente mais fundamentais. A possibilidade de obter facilidades de

LUTAS E TAREFAS

● Firmeza na Tomé Feteira

— Despedimentos em massa, em 1972, "lock-out" em 1974, provada incompetência e fraude fazem parte do currículo dos patrões desta empresa onde o Governo português se dá a conhecer com a intervenção. Os cerca de 650 trabalhadores, que se opõem fortemente a essa tentativa, obtiveram do Tribunal da Marinha Grande uma credencial que os autoriza a movimentar a conta bancária da empresa. Apesar das dificuldades levantadas pelo banco, os salários foram pagos, devido à firmeza e unidade dos trabalhadores organizados que, depois do afastamento dos patrões, têm feito progredir a fábrica, desmentindo as afirmações dos Feteiras que, antes da intervenção, advertiram o Governo de que teriam 30 000 contos de prejuízos, em 1976, se fossem obrigados a pagar os salários de acordo com a respectiva portaria.

● Fraude e recuperação capitalista — A Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do Grupo Pão de Açúcar entregou recentemente, na Polícia Judiciária, três requerimentos acionando em processo-crime os antigos proprietários e administradores por desvio de dezenas de milhares de contos, vales de caixa irregulares, saída ilegal de capitais para o estrangeiro, tráfico de

divisas no mercado negro e outras fraudes e sabotagens, conhecidas a partir de um relatório da Inspeção Geral de Finanças, entregue no respectivo Ministério em 30 de Dezembro de 1975.

● Delegados da Função Pública

— O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul informa que a sua primeira Assembleia de Delegados decorrerá, no LNEC, em Lisboa, com início às 20 e 30 horas, de 10 do corrente. Segundo um comunicado, os trabalhadores sindicalizados da Função Pública, tinham eleito, estatutariamente, até 27 de Abril findo, 123 delegados sindicais, representando 35 Direcções-Gerais e 185 delegados de 45 organismos equiparáveis. "Estando em curso o processo de eleição dos delegados sindicais dos distritos, pode dizer-se que se alcançaram as condições mínimas necessárias para reunir a 1.ª Assembleia de Delegados em termos de ampla participação e representatividade" — afirma ainda aquele Sindicato no referido comunicado.

● Despedimentos na Siemens — Esta multinacional, instalada em Évora, viu confirmado pela Secretaria de Estado da População e Emprego, o processo de despedimento colectivo de 113

trabalhadores. As razões de ordem económica e financeira, invocadas pela entidade patronal, são consideradas pelos trabalhadores "propositadamente vagas e desmentidas na prática pelo aumento constante da produção e do volume de negócios".

O Sindicato dos Electricistas do Sul, protestando contra os despedimentos, informa que há vícios e irregularidades suficientes para invalidar legalmente todo o processo de despedimento.

● Despedidos da Agia — Os 85 trabalhadores despedidos desta multinacional instalada em Coimbra continuam a sua luta pela reintegração no prazo de um ano e pelo pagamento das indemnizações devidas de acordo com o CCT. A Agia, cuja fábrica está a trabalhar em regime de subexploração, assumiu, em 1973, o compromisso de criar 1700 postos de trabalho. "Em troca — afirmam os trabalhadores — recebeu da parte do Governo benefícios importantíssimos, como, por exemplo: isenções fiscais, expropriação de terrenos a baixo preço, subsídios de formação profissional e acesso ao crédito em óptimas condições".

Todavia, os postos de trabalho que criou nunca ultrapassaram os 400 e presentemente a empresa tem ao seu serviço pouco mais de 200 trabalhadores.

● Continuar o programa termoelectrico português com

COMUNICADO FINAL

DA CONFERÊNCIA SOBRE A «REVISTA INTERNACIONAL»

Durante a reunião, realizada em Praga entre 27 a 29 de Abril, de representantes de Partidos Comunistas e Operários para examinar o trabalho da "Revista Internacional", na qual o PCP esteve representado pelos camaradas Abom Inglês, membro do CC e Domingos Lopes, colaborador do CC e representante do PCP na "Revista Internacional", foi aprovado o seguinte comunicado final:

De 27 a 29 de Abril realizou-se em Praga uma Conferência de representantes de 75 partidos comunistas e operários para examinar o trabalho da "Revista Internacional". Na Conferência participaram representantes dos seguintes partidos: Partido Comunista Alemão, Partido Socialista Unificado da Alemanha, Partido da Vanguarda Socialista da Argélia, Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista da Bélgica, Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental, Partido Comunista da Bolívia, Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista Búlgaro, Partido Comunista do Canadá, Partido Comunista da Colômbia, Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica, Partido Comunista de Cuba, Partido Comunista da Checoslováquia, Partido Comunista do Chile, Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre, Partido Comunista da Dinamarca, Partido Comunista Dominicano, Partido Comunista do Equador, Partido Comunista de Espanha, Partido Comunista dos EUA, Partido Comunista das Filipinas, Partido Comunista da Finlândia, Partido Comunista Francês, Partido Comunista da Grã-Bretanha, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista Guadalupeense, Partido Guatemalteco do Trabalho, Partido Progressista do Povo da Guiana, Partido Comunista das Honduras, Partido Socialista Operário Húngaro, Partido Comunista da Índia, Partido Comunista da Indonésia, Partido do Povo do Iraão, Partido Comunista do Iraque, Partido Comunista da Irlanda, Partido Comunista de Israel, Partido Comunista Italiano, Partido Comunista do Japão, Partido Comunista Jordão, Partido Revolucionário Popular do Laos, Partido Comunista do Lesotho, Partido Comunista Líbanês, Partido Comunista Luxemburguês, Partido Comunista de Malta, Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos, Partido Comunista Marroquês, Partido Comunista Mexicano, Partido Revolucionário Popular da Mongólia, Partido Socialista

Unidade e firmeza

LUTA CONTRA OS EXAMES NACIONAIS

Através de um documento recentemente divulgado, a Comissão Executiva da Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas (EUC), expressa a sua solidariedade para com todos os estudantes do ensino secundário em luta contra os exames nacionais nos segundos anos complementares e no terceiro ano geral, e alerta os estudantes e as estruturas associativas para as manobras divisionistas do MEIC ao enviar para as escolas projectos de pontos de «exame tipo»

e «programas mínimos» nacionais. Depois de salientar que o envio de tais «pontos-tipo» e «programas mínimos» só pode ter como explicação o facto contraditório do MEIC reconhecer a inviabilidade de se realizarem pontos sobre toda a matéria e simultaneamente insistir no seu projecto de pontos nacionais, o documento do Executivo da CC da UEC sublinha: Os «programas mínimos» e os «pontos-tipo» são inaplicáveis em largas dezenas de escolas do ensino secundário. O MEIC continua a querer iludir o facto de haver milhares de estudantes que no ano lectivo passado só tiveram professores no 3.º período e de que neste ano ainda se repetiram casos semelhantes. Caso os exames nacionais venham a concretizar-se o MEIC é responsável pelo insucesso escolar de muitos milhares de estudantes.

CONTRA A DEGRADAÇÃO PEDAGÓGICA

Os estudantes, os trabalhadores e o povo português — prossegue o comunicado da UEC — têm o justo direito de exigir a revogação do despacho que institui os exames nacionais e a abertura do diálogo com vista a que se encontre uma solução justa.

De salientar que a UEC foi nas escolas a única força política a bater-se coerente e inequivocamente contra a degradação pedagógica, e por justos métodos de avaliação de

recurso a centrais convencionais queimando fuel ou carvão.

2. Iniciar estudos para que novas centrais convencionais a entrar em serviço ainda antes de 1985 (quando a capacidade de produção de fuelóleo for excedida pelo consumo interno) possam ser centrais queimando carvão, por este modo diversificando as nossas fontes de energia primária.

3. Acelerar os trabalhos de prospecção e avaliação de recursos energéticos nacionais para que, com esse conhecimento, se possa fundamentar uma política energética a mais longo prazo.

4. Acelerar o aproveitamento dos recursos energéticos já reconhecidos para os quais dispunhamos das tecnologias necessárias ao seu aproveitamento eficiente (carvões nacionais e energia hidráulica).

5. Estabelecimento de acordos de trocas comerciais com países fornecedores de matérias primas energéticas (petróleo e carvão) em moldes que assegurem a estabilidade do nosso abastecimento energético.

6. Formar especialistas, nomeadamente, utilizando os acordos de cooperação científico-técnica com os países socialistas mais evoluídos no domínio da energia nuclear, e criar infraestruturas com vista ao aperfeiçoamento dos meios humanos necessários ao sólido fundamento técnico e científico de uma política energética nacional, mormente no domínio da energia nuclear.

7. Considerar a possibilidade de construção de uma central nuclear piloto para a produção industrial de electricidade, de reduzida dimensão e, consequentemente, com baixo investimento, tendo em vista a preparação do país para o aproveitamento nacional dos nossos recursos uraníferos e para a definição de uma política energética concordante com a evolução científica e tecnológica no domínio nuclear.

Esta proposta pressupõe o estabelecimento de acordos de cooperação internacional adequados e o desenvolvimento e revitalização das infraestruturas científicas e tecnológicas existentes, a promoção da participação da indústria nacional num tal empreendimento.

O PCP considera que o problema da produção nacional de energia eléctrica não pode dissociar-se do problema mais geral do abastecimento energético do país, pelo que a definição de uma política energética deverá ser global e não sectorial.

Nicaraguense, Partido Comunista da Noruega, Partido da Unidade Socialista da Nova Zelândia, Partido Comunista Paraguaiense, Partido Comunista Peruano, Partido Operário Unificado Polaco, Partido Comunista Português, Partido Comunista Porto-riquenho, Partido Comunista Reunidos, Partido Comunista Romeno, Partido Comunista de El Salvador, Partido Comunista Sanmarinense, Partido Africano da Independência do Senegal, Partido Comunista Sírio, Partido Comunista de Sri Lanka, Partido Comunista Sul Africano, Partido Comunista Sudanes, Partido de Esquerda — Comunistas da Suécia, Partido Suíço do Trabalho, Partido Comunista Tunisino, Partido Comunista da Turquia, Partido Comunista da União Soviética, Partido Comunista do Uruguai, Partido Comunista da Venezuela e de mais um partido, cujo nome não se fornece a pedido do próprio partido.

Foi apresentado à consideração dos participantes na Conferência um Informe do Colégio e do Conselho da Redacção, que explica pormenorizadamente o trabalho desenvolvido pela Redacção para cumprir as tarefas colocadas à Revista pela Conferência precedente e para expor os êxitos do socialismo mundial e dos movimentos operário e de libertação nacional e ainda a experiência acumulada pelos partidos irmãos nos diferentes países.

As delegações presentes na Conferência participaram activamente nos seus debates, que tiveram um carácter sincero, construtivo e fraternal, e expuseram as suas apreciações e recomendações, orientadas a contribuir para o bom desenvolvimento das actividades da Revista.

Os representantes dos Partidos Comunistas e Operários recomendaram ao Colégio e ao Conselho de Redacção que baseiem a sua actividade nas apreciações e recomendações expostas na Conferência. Expressaram o desejo de que o colectivo da "Revista Internacional" trabalhe cada vez melhor, num espírito de igualdade, cooperação e respeito pela independência de cada partido e a sua política. A revista contribuirá assim para o estudo dos problemas e da difusão das ideias da paz, da democracia, da libertação nacional e do socialismo, para a luta contra o imperialismo e o reforço da solidariedade internacionalista dos comunistas e de todas as forças progressistas.

conhecimentos. Tal como afirma o documento que temos vindo a citar, os estudantes comunistas consideram que o encontrar de soluções eficazes para este dos graves problemas, em larga medida herdadas do fascismo e agravadas pela acção das forças reacçãoárias, será um passo importantíssimo, a par de outras medidas de carácter social e de reestruturação pedagógica, no processo de democratização do ensino.

A UEC está bem colocada para denunciar a política do MEIC como não sendo sequer de falsas soluções, mas de evidente recuperação obscurantista e de deliberada selecção de acesso aos graus superiores de ensino — nova média de dispensa a exame do 7.º ano, exames nacionais, exame de admissão à Universidade.

E mais adiante: A UEC denuncia esta política como contrária à exigência de formação cultural e profissional da juventude, aos interesses dos trabalhadores que pagam o ensino e fazem sacrifícios para terem os filhos a estudar e aos interesses dos professores que querem ensinar e querem que se verifique uma elevação do nível e da eficácia do ensino.

Os estudantes comunistas denunciam ainda o facto de o MEIC nada ter feito no sentido de elevar o nível de ensino e de,

inclusivamente, não garantir a recuperação pedagógica dos alunos do escalão C (que no ano passado só tiveram professores no fim do ano) e de este ano lhes exigir a leitura de exames nacionais.

Ao referir que o MEIC se engana se considera que a sua manobra de divisão dos estudantes resultará, o comunicado da CE da CC da UEC sublinha que as milhares de assinaturas recolhidas e as dezenas de moções aprovadas na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do país são a prova evidente de que os estudantes estão unidos e a terminar, o documento salienta:

A UEC, ao mesmo tempo que alerta para o perigo de acções aventuradas denuncia firmemente as tentativas de forças reacçãoárias (CDS e PPD) para responsabilizarem pela situação os professores progressistas recentemente colocados (licença de Abrantes), chegando mesmo à agressão física.

A UEC apela a todos os estudantes para que reforcem a sua unidade, denunciando os provocadores e os fascistas, e continuem a sua justa luta contra os exames nacionais e outras formas arbitrárias de selecção, pela melhoria das condições pedagógicas e elevação do nível de ensino, pela liberdade e a democracia rumo ao socialismo.

ANTÓNIO GERVÁSIO NA MARINHA GRANDE

Os comunistas da Marinha Grande levaram a efeito no passado dia 30 de Abril, na Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Janeiro, na Ordem, um comício em que participaram cerca de 300 pessoas.

No decorrer da sessão usaram da palavra os camaradas António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, José Jacinto, suplente do CC e ainda elementos da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP e do Comité Vidreiro.

As comemorações do 25 de Abril, as principais etapas da Revolução Portuguesa, o significado histórico do 1.º de Maio, as ofensivas da reacção contra as conquistas alcançadas pelos trabalhadores, nomeadamente contra a Reforma Agrária e a política de unidade democrática preconizada pelo Partido — foram os principais temas abordados pelos oradores.

Depois de afirmar que o CDS e o PPD nada têm a ver com o 25 de Abril e de ter salientado que a actual política seguida pelo PS só

poderá conduzir ao seu isolamento (recordou, a propósito, o fracasso das iniciativas promovidas pelo Partido Socialista em Lisboa na passagem do 4.º aniversário do 25 de Abril, o camarada António Gervásio, que seria diversas vezes interrompido pelos aplausos da assistência, falou das recentes lutas travadas pelos operários agrícolas do Alentejo, tendo denunciado a acção do MAP.

No final do comício, desfilou-se um vivo debate entre os membros da mesa e vários elementos da assistência.

Álvaro Cunhal: «ACORRENTE UNITÁRIA É CADA VEZ MAIS FORTE»

O camarada Álvaro Cunhal participou sábado passado em duas iniciativas integradas na Campanha dos 50 mil contos em Alentejo do Ribatejo e em Sacavém. Na primeira destas localidades, num comício caracterizado pela grande participação e entusiasmo dos trabalhadores do concelho de Vila Franca, o secretário-geral do PCP teve oportunidade para se referir, nomeadamente, ao significado das recentes comemorações populares do 25 de Abril.

Destacamos as seguintes passagens do seu discurso:

Participação e unidade

«Nas comemorações populares do 25 de Abril deste ano foram salientes dois aspectos: a ampla participação de massas e o espírito unitário predominante.»

De norte a sul do país, a participação de centenas de milhares de pessoas nas comemorações — em manifestações que em muitas cidades, vilas e aldeias foram das maiores de sempre —, mostrou que os cravos de Abril não murcharam, que o povo português continua com o 25 de Abril, firmemente decidido a defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, a assegurar a consolidação do regime democrático e a independência nacional.

As comemorações populares do 25 de Abril foram uma poderosa afirmação dos progressos verificados em numerosos sectores da vida nacional na aproximação e busca de entendimento entre todos os que querem fazer frente ao fascismo, impedir o regresso ao passado, defender e assegurar o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição.

O PCP respeitou escrupulosamente a orientação de não partidizar as comemorações do 25 de Abril. Não fizemos sessões de Partido. Não desfaldámos as nossas bandeiras. Em toda a parte procurámos intervir com o mais amplo espírito unitário. Em toda a parte procurámos tornar possíveis comemorações comuns em que todos os democratas se unissem e confraternizassem em torno do ideal libertador do 25 de Abril. Os factos mostraram que esta orientação foi inteiramente correcta.»

(...) «Bem pode a reacção lançar toda uma nova campanha mediando medo com o papão comunista. Bem podem dirigentes do PS partidários da recuperação capitalista atacar e excomungar militantes e trabalhadores do PS que em número crescente compreendem a necessidade da unidade com os comunistas, da unidade com todos os democratas para salvar as liberdades e as outras conquistas da Revolução. A corrente unitária é cada vez mais forte e não está longe o dia em que se tornará determinante numa alternativa democrática para a política actual.»

Nós saudamos fraternalmente todos aqueles que, não sendo comunistas, nem simpatizantes do nosso Partido, compreendem a necessidade da unidade de todos os democratas — nas empresas, nos sindicatos, nos campos, em todos os locais de trabalho, nas autarquias, nas escolas, em todos os sectores da actividade nacional.

Saudamos fraternalmente os militantes e simpatizantes socialistas que se não deixam arrastar pelas campanhas de ódio anticomunista e compreendem que os seus inimigos estão à direita, são a reacção e o fascismo, e que os comunistas são aliados e amigos na defesa dos ideais de liberdade e progresso em que todos poderemos entender-nos.

Uma derrota para a reacção

As comemorações populares do 25 de Abril não mostraram, porém, apenas a vontade do povo e a sua crescente unidade. Mostraram qualquer coisa mais.

Mostraram o monumental fracasso dos planos da reacção em fazer nesse dia uma afirmação da sua força e da sua oposição à Revolução portuguesa.

Imitando iniciativas da contra-revolução noutros países, os fascistas e sectores reacçãoários distribuíram profusa propaganda, puseram a correr boatos alarmistas, com ameaças de golpes, de atentados e violências, a través de manifestos e tarjetas, fizeram apelos para que o dia 25 de Abril fosse uma **jornada de luto**.

Fizeram apelos aos factos pretos e às gravatas pretas. Mas que seja do nosso conhecimento salvo uma provocação em Sesimbra e outra no distrito de Bragança, só houve quem se vestisse de luto, certamente foi alguém que teve a infelicidade de perder nessas dias pessoas de família. Porque da manifestação nacional de luto anunciada pela propaganda fascista nada se viu e as grandes provocações que anunciavam e prometiam não foram concretizadas.

Este fracasso dos fascistas e reacçãoários mostra que os conspiradores e provocadores estão completamente isolados do povo e só representam um perigo na medida em que gozem de impunidade.»

Sublinhando que o «**povo português se não deixa enganar, está contra o fascismo e a reacção, está com a liberdade, está com o 25 de Abril**», declararia:

«As dificuldades actuais dos trabalhadores e particularmente o agravamento das condições económicas, com o congelamento dos salários e o aumento vertiginoso dos preços, levanta justamente a classe operária e as massas populares contra a política do governo actual, mas não contra o 25 de Abril e o seu ideal, que, desde o derubamento do Governo fascista, apareceu ligado ao objectivo do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.»

Em defesa dos seus interesses vitais, na luta contra uma política antioperária e antipovo, o povo não se volta contra o 25 de Abril mas contra os seus inimigos.»

Uma derrota para os esquerdistas

Salientando que «**não foram apenas os planos da reacção que fracassaram nas comemorações populares do 25 de Abril**», diria Álvaro Cunhal:

«As comemorações do 25 de Abril mostraram também, o espectacular fracasso do esquerdismo.

Nas suas manobras divisionistas, com os seus habituais métodos de falsidade e demagogia, os esquerdistas tinham anunciado aquilo que chamavam «a alternativa revolucionária» para as comemorações.»

(...) «O que se passou testemunha a quebra de influência do esquerdismo e a sua cada vez mais reduzida base de apoio. Apareceram apenas aqui e ali pequenos grupos, na tal grandiosa manifestação, que juntou algumas centenas de adeptos, eram menos os participantes do que o número dos comités — fantasmas que tinham assinado os apelos.»

Isto não significa que não continue a haver perigos de influências esquerdistas. A gravidade da situação, a falta de perspectiva duma solução imediata, a ofensiva reacçãoária e a recuperação capitalista, conduzem muita gente ao desespero e o desespero é mau conselheiro.

Em esse desespero que procura caçar o aventurelismo esquerdista, usando a fraseologia pseudo-revolucionária, apontando objectivos que não têm em conta a situação real e indicando formas de luta que não conduzem à solução dos problemas e apenas podem facilitar a ofensiva da reacção.

O esquerdismo procura com particular insistência provocar choques e conflitos entre o movimento popular e as forças armadas, choques e conflitos esses que só poderiam servir as forças reacçãoárias para provocarem medidas repressivas, forçarem à limitação das liberdades e abriram caminho para a instauração duma nova ditadura.

É por isso necessário dar combate ao esquerdismo, desmascarar as suas palavras de ordem e os objectivos que propõe.

Desde o 25 de Abril de 1974, o esquerdismo causou inúmeros prejuízos ao processo democrático, causou gravíssimos danos, muitos irreparáveis à Revolução portuguesa. Estamos confiantes em que o mesmo não tornará a acontecer na actual situação cheia de incertezas e de perigos, e que os trabalhadores não se deixarão enganar pela fraseologia pseudo-revolucionária que, ao fim e ao cabo, faz o jogo da reacção dirigindo-se contra o único grande partido dos trabalhadores — o PCP.»

Uma séria lição para os dirigentes do PS

As comemorações populares do 25 de Abril constituíram também uma séria lição para os dirigentes do PS, se eles souberem aprendê-la.

As comemorações confirmaram a redução da base de apoio e da capacidade de mobilização do PS. Isso deve-se sem dúvida à sua política antioperária e antipovo.»

O PS fez sucessivos apelos para uma grande concentração em Lisboa. Anunciaram a afiliação em massa dos seus militantes à capital logo na manhã do dia 24. Faz apelos para que fossem recebidos e aclamados pela população. Anunciou que iria «**encher Lisboa**» com a sua determinação (assim proclamavam). Anunciou o comício do Campo Pequeno como uma manifestação nacional. E afinal, com dificuldade tiveram uma praça composta.»

(...) «Os dirigentes do PS deveriam reflectir nestes factos. A democracia portuguesa não está interessada no súbito enfraquecimento do PS. Os trabalhadores gostariam de ver um PS, forte e unido, mas para a defesa dos interesses dos trabalhadores, da liberdade e das conquistas da Revolução e não para realizar uma política de recuperação capitalista.»

O povo trabalhador não dá nem dará apoio a uma política que defende os interesses dos capitalistas e dos agrários contra os trabalhadores, que procura fazer pagar os trabalhadores todo o preço das dificuldades económicas e financeiras, que entrega arbitrariamente empresas aos antigos patrões sabotadores e terras aos agrários, que põe em causa as nacionalizações, que a pretexto do que diz ser a recuperação económica, pretende de facto a recuperação capitalista, agrária e imperialista.

(...) «O Governo do PS insiste em aliar-se à direita ao CDS e ao PPD, a fazer acordos com estes partidos para elaborar e aplicar medidas

antipopulares e antidemocráticas favoráveis aos interesses dos capitalistas, dos agrários e do imperialismo estrangeiro.

A reacção e certos dirigentes do PS levaram a cabo uma violenta campanha anticomunista com o objectivo evidente de isolar o PCP.»

(...) «A verdade é que quem se isolou mais e mais da classe operária e das grandes massas trabalhadoras não é o PCP, mas o próprio PS e a sua direcção, como mostrou o seu insucesso ao querer partidizar as comemorações do 25 de Abril.»

Em Sacavém, milhares de pessoas acorreram ao Ginásio do Sacavense, participando numa jornada memorável, pelo entusiasmo, pela vibração e pela consciência de classe patenteada pelos trabalhadores presentes.

Álvaro Cunhal centrou as suas palavras no significado do 1.º de Maio, que no dia seguinte se comemoraria. Eis alguns extractos da sua intervenção:

Em defesa dos interesses dos trabalhadores

Amanhã, 1.º de Maio, estamos certos, os trabalhadores afirmarão numa grandiosa jornada, a sua determinação em defender os seus interesses vitais contra o agravamento da exploração e das condições de vida das massas trabalhadoras como instrumento da recuperação capitalista.

Em tudo quanto dizem e em tudo quanto fazem os defensores da recuperação capitalista vê-se que olham os trabalhadores como antigos



Álvaro Cunhal em Sacavém

senhores olhamos os escravos. Para eles os trabalhadores são cidadãos de 2.ª categoria, são uma peça da grande máquina de fabrico de riqueza para benefício dos grandes potentídeos. É necessário que se convençam de que acabou o tempo em que assim era.

A reacção e o governo procuram justificar a congelação de salários, o aumento vertiginoso dos preços, o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a diminuição dos salários reais, pelas dificuldades económicas e financeiras do país. Isto há que responder em primeiro lugar que essas dificuldades económicas e financeiras se têm agravado e continuarão a agravar-se em grande parte devido à política do Governo. Há que responder, em segundo lugar, que se se trata de política de austeridade ela deve começar por tocar aqueles que têm altos rendimentos e não aqueles que trabalham.

Em resultado das medidas do Governo contra os trabalhadores, estes consumirão no ano corrente menos um terço que no ano passado. Mas, entretanto, não consta que haja austeridade dos capitalistas, nem do aparelho de Estado, nem que se poupe nas constantes viagens de membros do Governo, de que se não têm visto resultados para o país. E os trabalhadores não podem aceitar que se diminuam os salários reais, que o preço dos géneros aumente de tal forma que em muitas casas há géneros que se deixam de comer, e haja, entretanto, milhões para indemnizar capitalistas e agrários.

Além disso é falso que o agravamento das condições de vida do povo seja favorável à recuperação económica. Pelo contrário. A diminuição do poder de compra das massas conduzirá à redução do mercado interno e a novas dificuldades de sectores da indústria, comércio e agricultura, ligados à produção e comercialização de artigos de consumo corrente. Os trabalhadores têm provado estarem prontos a ser capazes de aceitar privações e sacrifícios trabalhando para si, para o povo, para Portugal.»

(...) «Os trabalhadores estão prontos a contribuir para a recuperação capitalista. Nos debates que se estão a realizar para a preparação da Conferência Nacional do PCP, que terá lugar em 4 e 5 de Junho, numerosas organizações do Partido já adiantaram ideias e propostas que mostraram bem ser decisiva e ser possível a contribuição dos trabalhadores para a solução dos problemas económicos e financeiros do país.»

Mas para que essa contribuição possa ter lugar é necessário suspender, e enquanto é tempo, a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, é necessário suspender imediatamente a restituição de terras, de fábricas, de empresas, ao patronato reacçãoário e sabotador, é necessário garantir que as conquistas da Revolução serão defendidas e salvaguardadas.» (...)

Contra as desintervenções

«Amanhã, 1.º de Maio, os trabalhadores afirmarão a sua determinação em se oporem à recuperação capitalista a que o Governo está procedendo designadamente através das chamadas desintervenções.»

(...) «Poderia aqui citar dezenas de empresas intervencionadas, contando como conseguiram os trabalhadores pagar dívidas, diminuir prejuízos, aumentar a produção, carteira de encomendas, vendas e exportações, realizar investimentos.»

Mas os trabalhadores de Sacavém sabem bem que assim é, não apenas pelo que conhecem através de informações e notícias, mas também porque aqui mesmo, há empresas nessas condições. Entre os assistentes há, certamente, trabalhadores que podem comprovar o que vou dizer.

É ou não verdade que, com a intervenção e o esforço dos trabalhadores, a ORMIS passou o volume de vendas de 390 mil contos em 1975 para 520 mil em 1976 e se previam 800 mil contos para 1977? É ou não verdade que, nesta mesma empresa, se passou de um prejuízo de 20 000 contos em 1975 para um resultado positivo de 4000 contos em 1976?

É ou não verdade que a COPAM reduziu 16 mil contos das dívidas à Banca e aumentou em 39 mil contos o volume das vendas?

É ou não verdade que a CORAME aumentou o valor da produção, se voltou para os mercados externos e conseguiu alcançar um lucro de 14 mil contos?

É ou não verdade que na Joaquim Francisco dos Santos apesar das tremendas dificuldades, se conseguiram resultados notáveis com o controlo e a gestão dos trabalhadores?

São estes resultados que o Governo, com a sua política de recuperação capitalista, está a procurar destruir. Empresas que os trabalhadores salvaram da ruína, da falência e do encerramento, empresas que se revitalizaram, que pagaram dívidas, que aumentaram a produção devido à dedicação, aos sacrifícios e à capacidade dos trabalhadores são restituídos àqueles que as defraudaram, arruinaram, conduziram à falência técnica e à beira do encerramento. E ainda por cima, o Governo, admite que esses mesmos inimigos da economia nacional venham agora exigir indemnização e empréstimos como condição para retomarem as empresas.

Consideramos positivo que na Sanfimar o Governo não tenha acedido às exigências dos antigos patrões e tenha decidido suspender a restituição e intervir novamente. O que é necessário é que suspenda todas as desintervenções e, em todas as empresas intervencionadas, examine com os trabalhadores e tendo em conta simultaneamente os interesses dos trabalhadores e da economia nacional, qual será a melhor solução.

Toda a história das empresas intervencionadas, antes e depois das intervenções, assim como os resultados que estão à vista da política de recuperação capitalista, mostram que as chamadas desintervenções, com a restituição das empresas ao antigo patronato, nem serve os interesses dos trabalhadores, nem os interesses da economia nacional.

É uma pura **decisão de classe** com vista à recuperação capitalista. É a recuperação capitalista contrária frontalmente a recuperação económica.»

Em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária

«Amanhã, 1.º de Maio, os trabalhadores afirmarão também com voz firme e poderosa, a sua determinação em defender as duas

grandes conquistas da Revolução: as nacionalizações e a Reforma Agrária.»

(...) «Por isso todos os trabalhadores consideram a Reforma Agrária como a sua própria causa e continuam sendo activamente solidários para com os trabalhadores e pequenos e médios agricultores das Unidades Colectivas de Produção e das Cooperativas, que mostraram pela primeira vez em Portugal, que se pode melhorar a situação dos trabalhadores e desenvolver rapidamente a produção agrícola e pecuária para bem do povo e do país, numa economia sem exploradores nem explorados.»

O Governo continua a afirmar que está pela Reforma Agrária. Essas afirmações são, porém, pura demagogia. Toda a política do MAP é dirigida contra a Reforma Agrária não olhando às situações concretas, não respeitando os interesses dos trabalhadores nem da economia portuguesa, respeitando e servindo os interesses dos agrários e dos grandes capitalistas.

O Governo não ouve nem quer ouvir os trabalhadores. Coloca nos CRRA gente ao serviço dos grandes agrários. Toma medidas administrativas. Impõe soluções arbitrarias, ilegais e inconstitucionais.

Ao abrigo do direito de reserva, o Governo ordena a restituição pela força aos agrários de terras a que não têm direito, faz rever arbitrariamente as pontuações, concede reservas acumuladas, dá reservas a pseudo-rendeiros, fomenta desanexações, dá grandes áreas a pseudo-senhores que nunca as cultivaram e procura ferir de morte as UCPs e as Cooperativas, retirando-lhes as terras de regadio, as terras melhores e mais bem situadas.

O Governo faz entregar aos antigos proprietários terras que eles tinham abandonadas e que os trabalhadores, organizados nas UCPs e nas Cooperativas, desbravaram, semearam, cultivaram, com o suor e o seu sacrifício.

O Governo faz arrancar, pela força, aos trabalhadores, gados, máquinas e instalações. E como resultado desta política criminosa, onde ela tem sido levada a cabo, vêm-se de novo terras por cultivar em posse dos agrários e aumentar o número de desempregados, fazendo lembrar de novo o Alentejo e Ribatejo de antes do 25 de Abril, o Alentejo e Ribatejo dos grandes latifúndios abandonados ou subaproveitados, do desemprego, da miséria e da fome.»

(...) «Defender a Reforma Agrária não é apenas defender os direitos dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores. É defender a economia portuguesa, a democracia e a própria independência nacional. Por isso, todos os trabalhadores portugueses são activamente solidários para com os trabalhadores alentejanos e ribatejanos que lutam com coragem e heroísmo em defesa da Reforma Agrária.»

Por isso amanhã no Alentejo, no Ribatejo, em todo o país, o 1.º de Maio será uma poderosa afirmação da determinação dos trabalhadores em defenderem e continuarem a Reforma Agrária, umas das mais belas realizações da Revolução portuguesa.»

Uma proposta de lei antinacionalizações

(...) «Anteontem começou a ser debatida na Assembleia da República uma proposta de lei sobre o sector público e sector privado. Esta proposta de lei constitui uma séria ameaça às nacionalizações.»

Esta proposta resulta de um acordo directo entre o PS e o PPD desmentindo as afirmações de dirigentes do PS segundo as quais não fazem alianças de direita.

A proposta tem como evidentes objectivos reintroduzir o grande capital e o imperialismo nos sectores de empresas nacionalizadas. Nisto como em muitas outras coisas os dirigentes do PS e os do PPD entendem-se perfeitamente.

A proposta diz que é vedado à iniciativa privada o acesso à actividade bancária e seguradora. Mas logo admite a criação de empresas privadas com actividades bancárias e seguradoras.

A proposta exclui dos sectores vedados às empresas privadas, a celulose, a construção naval, os transportes marítimos e os tabacos e cervejas, que como sabemos foram nacionalizados.

Admite a intervenção das multinacionais em sectores reservados às empresas nacionalizadas.

Admite a exploração e a gestão das empresas nacionalizadas por empresas privadas em sectores básicos, incluindo transportes públicos urbanos, portos e aeroportos.

E, ainda por cima, a ser aprovado este decreto-lei será o Governo a regulamentar as disposições, o que lhe dá margem para tomar medidas concretas sacrificando sectores e empresas nacionalizadas aos interesses do grande capital e das multinacionais.

No dia 24, o secretário-geral do PS afirmou que o PS não quer voltar atrás com as conquistas da Revolução, designadamente com o sector nacionalizado.

Pois bem. Se assim é, se quer dar uma prova de que fala verdade, comece por retirar da Assembleia da República esta proposta de lei, que se pode justamente considerar uma lei antinacionalizações, abrindo caminho à restauração do poder dos monopólios.»

Que ninguém se iluda. O Governo restitui, hoje, fábricas e terras aos Almeida, aos Abreu, aos Palmas Camos e a outros capitalistas e agrários que são grandes mas não são os maiores tubarões.

Mas pela porta aberta a estes pelo Governo não tardará que se não tente fazer passar os outros: os antigos senhores de Portugal, os antigos sustentáculos do fascismo, os Melos, os Champallimud, os Espírito Santo, os Quinas, os especuladores, condés e viscondes que constituíam o cla de milionários aos interesses dos quais estava submetido Portugal, e para defender os interesses dos quais o povo português estava sujeito à tirania fascista. Para defender os interesses dos quais existia a PIDE e o Tarral, se perseguiram os trabalhadores e os democratas, se torturava, se condenava, se assassinava quem protestasse e lutasse contra o poder dos monopólios e agrários.

As nacionalizações são parte integrante da democracia portuguesa. Atacar as nacionalizações é atacar o próprio regime democrático.»

Em defesa das liberdades e da democracia

«Amanhã, 1.º de Maio, os trabalhadores afirmarão a sua determinação em defender as liberdades e a democracia.

Continua a existir o perigo da conspiração fascista e reacçãoária. E desenhar-se também o perigo de limitações ilegítimas e inconstitucionais das liberdades tendo em vista impor ao povo português a recuperação capitalista.

A política de recuperação capitalista, a política de agravamento brutal da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e de protecção dos interesses do grande capital, a ofensiva contra a Reforma Agrária, contra o controlo e a gestão de empresas pelos trabalhadores, contra as nacionalizações, são acompanhadas do recurso cada vez mais frequente e insistente a medidas administrativas e repressivas.»

(...) «A defesa das liberdades é inseparável da defesa das outras conquistas da Revolução e a defesa das outras conquistas da Revolução — as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário — é inseparável da defesa das liberdades.» (...)

Em defesa da independência nacional

«Amanhã, 1.º de Maio, os trabalhadores afirmarão ainda, estamos certos, a sua determinação em defender os Interesses Nacionais, a independência nacional.

A política de recuperação capitalista caminha a par duma crescente dependência em relação ao imperialismo.

O PCP vê com a máxima apreensão como lesivas duma política nacional independente a chamada integração no Mercado Comum, as facilidades que se projectam às multinacionais, e essa política, se política se pode chamar, de andar a correr atrás de empréstimos gigantes.

O que se impõe não é um empréstimo gigante, mas um gigantesco esforço nacional e patriótico para sair da crise, o esse esforço só pode ser realizado com os trabalhadores e nunca contra eles.

Não se pode considerar uma política económica nacional aquela que consiste em fazer depender tudo da concessão de empréstimos externos.»

(...) «O povo português tem o direito de saber quais são as condições que os imperialistas colocam para conceder empréstimos. E de saber quais são as condições que o Governo português aceita e quais as condições que rejeita.»

O PCP não nega a necessidade da obtenção de créditos externos (...)

«Mas o problema que se coloca a Portugal não é o de obter divisas emprestadas para cobrir o défice da balança de pagamentos, mas reduzir esse défice através da substituição de artigos importados por artigos de produção nacional, da diminuição de importações dispensáveis ou supérfluas, dum grande esforço para aumentar a produção nacional tendo como base fundamental os recursos nacionais.»

(...) «Os grandes capitalistas e agrários sacrificam os interesses do país aos seus interesses de classe e estão prontos a aceitar ou a solicitar a submissão de Portugal ao imperialismo, se essa for a forma de garantir a recuperação capitalista e a recuperação do poder dos monopólios.»

Ao contrário, os interesses dos trabalhadores identificam-se inteiramente com os interesses nacionais.

Uma política de verdadeira recuperação económica é uma política que se fundamenta na mobilização dos recursos portugueses, no respeito e consideração das transformações democráticas das estruturas socio-económicas que foram alcançadas com a Revolução, na defesa das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário, e uma tal política é aquela que corresponde inteiramente à defesa firme da independência nacional.»



5 de Maio

DIA DA IMPRENSA SOVIÉTICA

Foi a 5 de Maio de 1912, faz hoje 65 anos, que saiu o primeiro número do "Pravda" bolchevique, com uma tiragem de 60 mil exemplares.

A partir dessa data, a luta revolucionária da classe operária e dos camponeses, do povo trabalhador, luta à frente da qual se encontrava o camarada Lênine, passou a contar com um poderoso instrumento de propaganda, de agitação, de organização colectiva e de mobilização, que contribuiu para o êxito da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Assinalando-se a saída do primeiro "Pravda", comemora-se todos os anos na URSS o dia 5 de Maio, Dia da Imprensa Soviética.

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Na União Soviética, existem em média cerca de quatro milhões de leitores de jornais e revistas. A imprensa soviética é frequentemente por isso, que muitos leitores escrevem cartas ou artigos que enviam para os jornais e revistas. Deste modo, consegue-se que a imprensa se mantenha em estreita relação com o público leitor, estabelecendo-se, por vezes, acalorados debates públicos. A troca de opiniões com o público permite dar soluções o óptimas aos problemas que se colocam à sociedade.

No dizer de Lênine, a imprensa soviética desempenha o papel de propaganda, agitador e organizador colectivo. Estas características manifestam-se mais claramente nos artigos sobre o chamado tema da produção. Pode-se mesmo afirmar, sem exageros, que estes textos são fundamentais para qualquer jornal ou muitas das revistas soviéticas.

Através deles, descobrem-se potencialidades de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção, dá-se conhecimento a milhões de pessoas dos novos êxitos das colectividades de trabalhadores, trocam-se experiências de trabalho e submetem-se à discussão complicadas questões que a sociedade começa a abordar.

Consequentemente, cresce a importância dos meios de informação massiva como força que influencia beneficentemente o desenvolvimento económico, científico, cultural e a vida de toda a sociedade.

Muitos outros temas, sobre a família, a juventude, os problemas morais, são constantemente abordados. Dos temas internacionais, os preferidos falam sobre

o desarmamento, a materialização do desanuviamento, a coexistência pacífica.

Poder-se-ia agora considerar a imprensa soviética sobre o ponto de vista oposto. O que é que não existe na imprensa? Existem temas proibidos? O que se passa, na realidade, é que a informação não é dirigida para as notícias sensacionais. Não se aproveitam os baixos instintos, não se faz propaganda à violência, à crueldade ou à pornografia. Tais publicações estão proibidas. É igualmente interdita a publicação e difusão de artigos que directa ou indirectamente exortem ao derrube do regime socialista, pelo qual optaram 260 milhões de pessoas que integram o povo soviético. Finalmente, está proibida a propaganda da guerra.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

O QUE NÃO HÁ

Poder-se-ia agora considerar a imprensa soviética sobre o ponto de vista oposto. O que é que não existe na imprensa? Existem temas proibidos? O que se passa, na realidade, é que a informação não é dirigida para as notícias sensacionais. Não se aproveitam os baixos instintos, não se faz propaganda à violência, à crueldade ou à pornografia. Tais publicações estão proibidas. É igualmente interdita a publicação e difusão de artigos que directa ou indirectamente exortem ao derrube do regime socialista, pelo qual optaram 260 milhões de pessoas que integram o povo soviético. Finalmente, está proibida a propaganda da guerra.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

Poder-se-ia agora considerar a imprensa soviética sobre o ponto de vista oposto. O que é que não existe na imprensa? Existem temas proibidos? O que se passa, na realidade, é que a informação não é dirigida para as notícias sensacionais. Não se aproveitam os baixos instintos, não se faz propaganda à violência, à crueldade ou à pornografia. Tais publicações estão proibidas. É igualmente interdita a publicação e difusão de artigos que directa ou indirectamente exortem ao derrube do regime socialista, pelo qual optaram 260 milhões de pessoas que integram o povo soviético. Finalmente, está proibida a propaganda da guerra.

O QUE NÃO HÁ

Poder-se-ia agora considerar a imprensa soviética sobre o ponto de vista oposto. O que é que não existe na imprensa? Existem temas proibidos? O que se passa, na realidade, é que a informação não é dirigida para as notícias sensacionais. Não se aproveitam os baixos instintos, não se faz propaganda à violência, à crueldade ou à pornografia. Tais publicações estão proibidas. É igualmente interdita a publicação e difusão de artigos que directa ou indirectamente exortem ao derrube do regime socialista, pelo qual optaram 260 milhões de pessoas que integram o povo soviético. Finalmente, está proibida a propaganda da guerra.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

A imprensa soviética tem como tema a atenção e o respeito ao trabalhador. Êxitos de trabalho, ideias e sentimentos, alegrias e sofrimentos, tendências e actividades dos trabalhadores constituem um constante e inesgotável objecto de atenção por parte da Imprensa. Apoiando-se na opinião e experiência dos seus numerosos leitores, tanto da cidade como do campo, a imprensa serve-lhe também de fonte de vigor, de autoridade e de competência.

AUTARQUIAS LOCAIS À ESPERA DE LEGISLAÇÃO

«Avante!» - Sabemos que o PCP entregou na Assembleia da República um projecto de lei sobre as autarquias e que se atribui grande importância. Por que razão tomou o PCP tal iniciativa e de que trata esse projecto?

G. Costa - Na verdade, o grupo parlamentar do PCP entregou na Assembleia da República um projecto de lei sobre matéria de grande importância para as autarquias; isto é, sobre as suas atribuições, competências e funcionamento. Esta iniciativa do nosso grupo parlamentar não tem, em si, nada de especial. É perfeitamente normal que o grupo parlamentar do PCP tome a iniciativa de apresentar projectos de lei e não é esta a primeira vez que o faz. Só que, desta vez, tomou-se imprescindível fazê-lo.

«Avante!» - Imprecindível porquê?
C. Costa - Por várias razões. Primeiro, como sabes, o Código Administrativo de Marcelo Caetano não foi feito para facilitar a resolução dos problemas das populações, mas, muito pelo contrário, para impor às autarquias um verdadeiro colete de forças, retirar-lhes toda a autonomia e iniciativa e dificultar assim a resolução dos problemas. Podemos considerar este Código Administrativo, todo ele, inconstitucional, pois não só entra em conflito com a letra da Constituição em numerosos pontos, como o informa um espírito totalmente contrário ao da Constituição.

Porém, é por este Código Administrativo, que as autarquias se estão ainda a reger, em grande parte. É necessário, portanto, acabar com tal situação. Em segundo lugar, e decorrendo desta primeira razão, é necessária uma legislação que permita a aplicação prática do novo sistema de administração local democrática previsto na Constituição. É preciso pois criar os instrumentos jurídicos para levar à prática a Constituição Portuguesa.

Em terceiro lugar, o nosso grupo parlamentar apresentou o referido projecto porque o Governo, não cumprindo os compromissos assumidos, não apresentou o seu projecto de lei sobre atribuições e competências. O nosso Partido frequentes vezes tem salientado a necessidade de um projecto de lei que defina com clareza as atribuições, competências e funcionamento das autarquias, um projecto de lei que esteja em conformidade com a Constituição e que permita que as autarquias resolvam de maneira prática e eficiente os problemas que lhes compete resolver. Já antes das eleições para as autarquias locais o nosso Partido salientou, a membros do Governo, que era um tanto imoral, dignos, proceder a eleições para órgãos de que não se conhecia exactamente quais iam ser as atribuições e competências. Ou seja, as pessoas iam votar sem saber o que poderiam fazer ou deixar de fazer aqueles em quem iam votar.

O camarada Carlos Costa fala ao «Avante!» da urgência e necessidade de uma lei sobre atribuições e competências das autarquias locais e da proposta que nesse sentido o PCP apresentou à Assembleia da República

à Assembleia da República essa ou outra proposta de lei.

É PRECISO SAIR DO DOMÍNIO DO PROVISÓRIO

Perante estes factos, o PCP e a Frente Eleitoral Povo Unido, precedendo e acompanhando numerosas tomadas de posição de muitos órgãos de poder local de Norte a Sul do país, exigiram a saída de tal legislação. Mais recentemente, o Comité Central do nosso Partido aprovou uma resolução em que esta questão é uma vez mais abordada. Diz-se nessa resolução: o PCP pronuncia-se pela publicação de uma lei de atribuições e competências das autarquias que institua o princípio constitucional da descentralização e autonomia administrativa dos órgãos do poder local. Essa legislação deverá atribuir às Assembleias Municipais e de Freguesia, vastos poderes que lhes permitam desenvolver uma actividade autónoma, deliberativa e fiscalizadora em cooperação com as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia; garantir o funcionamento colegial dos órgãos executivos municipais e de freguesia; garantir a existência de um número tal de vereadores a tempo permanente que permita aos eleitos para as Câmaras Municipais assegurar a gestão efectiva do município; pôr termo a intervenções injustificadas do poder central na actividade das autarquias, estabelecendo o sistema de tutela quando se justifique, seja posterior à prática dos actos e limitado à fiscalização da sua legalidade e correcção financeira; revogar a classificação de concelhos baseada no Código Administrativo de Marcelo Caetano.

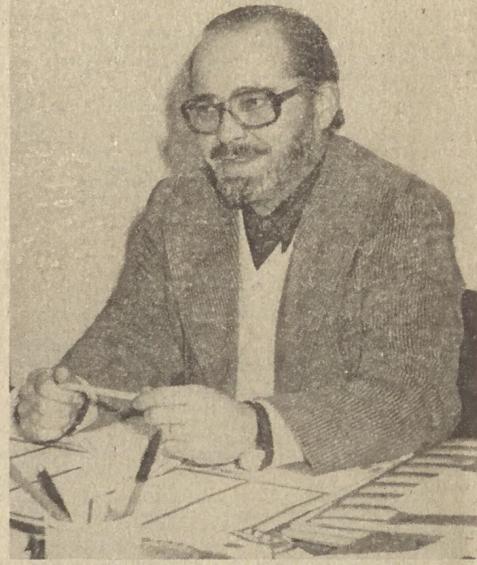
Em conformidade com esta resolução e perante a inoperância do Governo, por um lado, e a quase impossibilidade de funcionamento das autarquias, por outro, começámos a trabalhar no sentido de apresentar um projecto que recolhe, aliás, muitas das experiências do grupo de trabalho que funcionou durante os governos provisórios e que toma em conta a opinião expressa por muitos órgãos do poder local e eleitos de várias localidades.

«Avante!» - Poderes ser mais específicos sobre o que de concreto se propõe no projecto de lei que o PCP apresenta?
C. Costa - Sem dúvida. O nosso projecto prevê o carácter deliberativo das Assembleias; a colegialidade do funcionamento

que forem instituídas as regiões. Por isso nós insistimos que se passe às soluções definitivas através da institucionalização das regiões administrativas, para que possamos sair do domínio do provisório e das improvisações com todos os custos sociais que importam. Prevemos um prazo de seis meses para que o Governo apresente à Assembleia da República uma lei sobre as regiões e pensamos que este é um prazo perfeitamente suficiente.

esforça para que as Assembleias não funcionem ou funcionem o menos possível; que faz tudo o que pode para consagrar formas de funcionamento presidencialista das Câmaras e Juntas, como nos velhos tempos de Salazar e Caetano.

Embora possa parecer inacreditável, é verdade que em Montalegre, a maioria do PPD na Assembleia Municipal impôs um regime segundo o qual o PPD tem direito de ali falar durante uma



Carlos Costa falando ao «Avante!»

O PPD PÔE EM CAUSA A CONSTITUIÇÃO

«Avante!» - Sabemos que o PPD apresentou igualmente à Assembleia da República um projecto sobre a mesma matéria. Que tens a dizer a esse respeito?

C. Costa - O PPD apresentou um projecto aproveitando-se do não cumprimento pelo Governo do compromisso-a que me referi. E esse projecto é em numerosos pontos inconstitucional.

O PPD não está interessado num projecto de lei que seja a tradução dos princípios constitucionais mas, pelo contrário, num projecto de lei que ponha em causa a Constituição.

Por exemplo, a Constituição impõe que a eleição da Câmara Municipal seja feita segundo um método de representação proporcional; o PPD, contrariando a Constituição, propõe no seu projecto que a eleição se faça por lista completa, pondo assim termo à situação actual em que existem membros de várias forças políticas nas Câmaras, cooperando em geral de forma bastante satisfatória. O que leva aquele partido a propor este sistema não é querer a eficiência das Câmaras, mas sim calar a voz às forças democráticas que nas autarquias locais, mesmo nas regiões onde a reacção oprime ainda o nosso povo, demonstram na prática quem é quem não é de facto defensor dos interesses populares e das liberdades democráticas.

O PPD pretende, igualmente, pôr termo a uma situação em que se verifica uma estreita cooperação entre eleitos de vários partidos e tendências e em que os trabalhadores, os camponeses, os pequenos e médios comerciantes e industriais verificam na prática que as intenções e processos de acção dos comunistas e dos seus mais próximos aliados são profundamente diferentes daqueles que os fascistas e anticomunistas de vários matizes lhes querem fazer crer. Em suma, nós estamos profundamente interessados em tudo o que contribua para a unidade e coesão do povo português. O PPD está interessado num tipo de partidarização que divida o nosso povo.

Mas são vários os pontos do projecto do PPD que entram em choque com a Constituição. Assim, por exemplo, a Junta de Freguesia é, segundo a Constituição, um órgão executivo e a Assembleia um órgão deliberativo. No entanto, o PPD pretende dar competência ao presidente da Junta de Freguesia (repare-se que é o presidente e não a Junta) para executar as deliberações da Junta. Note-se que não é da Assembleia. Esta norma contraria abertamente o princípio da colegialidade e do carácter deliberativo das Assembleias que a Constituição claramente estabelece.

Segundo o projecto do PPD, também o presidente da Câmara teria competência para executar as deliberações da Câmara, não obstante ser ela própria um órgão do poder executivo e dever funcionar colegialmente.

Estas propostas do PPD têm uma explicação. Significam que a direita não está interessada no funcionamento democrático dos órgãos do poder local; que se

hora e vinte e cinco minutos, o Partido Socialista tem direito de falar trinta minutos e a Frente Eleitoral Povo Unido tem direito de falar cinco minutos. Isto é autêntico! Parece anedota mas não é.

Também não é anedota que esse mesmo regime estabeleceu que «na Assembleia Municipal, deverão permanecer elementos das forças militarizadas, para defesa e garantia dos membros e do funcionamento da mesma».

Creio que este regime de Montalegre mostra bem as intenções do PPD, mostra bem que tipo de democracia desejaria o PPD ou, talvez melhor, alguns elementos daquele partido.

DEFENDEREMOS SEMPRE OS INTERESSES DAS POPULAÇÕES

Em resumo, a direita não está interessada no cumprimento da Constituição, nem quanto ao projecto político geral que ela contém, nem quanto a aspectos particulares como é o caso do poder local.

O nosso projecto, pelo contrário, pretende garantir o cumprimento da Constituição. Pensamos que as nossas propostas correspondem às opiniões de eleitos de vários partidos, incluindo membros do próprio PPD que em muitos casos já se pronunciaram contra a liquidação do papel das Assembleias, o contra o presidencialismo autoritário e a favor da existência de vereadores a tempo permanente.

Sei que em breve vai começar a sair uma revista de administração democrática chamada «Poder Local». O director dessa revista mostrou-se interessado em publicar o nosso projecto de lei e disse-nos que o número da revista seria enviado a todas as autarquias locais. Se assim for, esperamos que os membros das autarquias nos encaminhem as suas opiniões sobre este projecto, que reflecte já, aliás, não apenas as opiniões de comunistas e dos seus mais próximos aliados, mas também de muitos socialistas e mesmo de homens do PPD.

Podemos garantir que teremos em conta as suas opiniões e que defenderemos sempre na Assembleia da República aquilo que cremos ser o interesse das populações.

DELEGAÇÃO DO PCP EM VISITA A TÁLIA DO PCI

Um convite do Partido Comunista Italiano partiu para Itália, em visita de estudo relacionada com as autarquias locais, uma delegação do Partido Comunista Português. A delegação é composta pelos camaradas Hélder Madeira, membro suplente do Comité Central e Presidente da Câmara Municipal do Barreiro,

Na cidade da Horta, Açores CENTRO DE TRABALHO 25 DE ABRIL UMA REABERTURA EM FESTA!

Na própria data da Revolução de Abril, foi inaugurado um Centro de Trabalho na cidade da Horta, Ilha do Faial, Açores.

Trata-se do primeiro Centro de Trabalho do PCP reaberto depois do onda terrorista do Verão de 75 e das medidas repressivas das próprias autoridades regionais que encerraram todas as instalações do Partido no arquipélago, e expulsaram muitos camaradas e antifascistas e praticaram brutais agressões.

A inauguração estiveram presentes, além de destacados elementos do PS e de outros partidos democráticos, toda a DORAA, a Comissão da Ilha do Faial e ainda o camarada José Magro, do Comité Central. Presentes também a TV, o Emissor Regional e vários jornais da

ilha. A massa dos participantes, que as instalações não podiam comportar, alargava-se pela rua, no centro da cidade e junto da avenida do porto onde se viram durante vários dias, jornais de parede que a população lia e comentava favoravelmente, repudiando a FLA e o terrorismo.

No acto da inauguração falaram os camaradas António Duarte, da Comissão da Ilha, e José Magro do CC, que salientaram a importância política da cerimónia, a firme disposição do Partido em não aceitar as graves limitações às liberdades que se verificam nas Ilhas, e o carácter simbólico da reabertura do Centro na data histórica do 25 de Abril.

E disse o camarada José Magro: Sabemos que,

exactamente neste momento, enquanto reabrimos alegremente na Horta, estas pequenas instalações, nos mesmos Açores, na Ilha de São Miguel, por exemplo, os nossos camaradas estarão a reunir numa quase completa clandestinidade, ou porventura a ser perseguidos nas ruas ou barbaramente espancados, como tantas vezes tem sucedido, pelo bando de arruacoiros da FLA a soldo dos grandes proprietários rurais e comerciantes.

São estes mesmos e não o povo — continuou o camarada — que falam em separatismos e independência. Eles sabem que não é de independência que se trata, nem é a independência que lhes importa. A independência de que falam é a final a entrega

das Ilhas e dos trabalhadores açorianos à feroz exploração dos grandes monopólios dos Estados Unidos. O separatismo que querem é o de separar o povo açoriano da Revolução Portuguesa, é o de impedir que os trabalhadores destas ilhas venham a usufruir, como os outros trabalhadores portugueses, das grandes conquistas da Revolução.

A seguir à intervenção de José Magro os jornalistas fizeram perguntas. A elas responderam os camaradas, denunciando a situação antidemocrática e anticonstitucional que se vive nos Arquipélagos e exigindo a sua imediata normalização.

A festa prolongou-se depois pela noite fora, com canções e baile, nas novas instalações e na rua.

ANALISAR A SITUAÇÃO ECONÓMICA E APONTAR O CAMINHO PARA SAIR DAS DIFICULDADES

800 reuniões já realizadas no País, das quais mais de 100 de camponeses, trabalhadores rurais e trabalhadores de unidades colectivas; mais de 400 contribuições escritas — tal é a grande amplitude que está a tomar o debate preparatório da Conferência

O Comité Central do Partido decidiu, conforme foi publicamente divulgado, alterar a data da Conferência Nacional do PCP inicialmente prevista para os dias 7 e 8 de Maio, marcando-a para os dias 4 e 5 de Junho. Tal decisão deve-se ao facto de se poder corresponder ao enorme interesse que a Conferência Nacional — que como se sabe terá como ponto único da ordem de trabalhos «A Situação Económica e o Caminho para Sair das Dificuldades» — está a suscitar e também pela necessidade de aprofundar e aproveitar mais completamente as perspectivas abertas pelo próprio desenvolvimento do debate em curso.

Entretanto, pode desde já dizer-se que a preparação da Conferência está a mobilizar activamente os militantes comunistas e um vasto conjunto de trabalhadores. Por todo o país, os militantes comunistas e, com eles, trabalhadores e técnicos sem partido ou de outros partidos, em diálogo aberto, com firme disposição unitária e com uma comum atitude construtiva e patriótica, discutem e propõem as medidas práticas que, nas suas empresas e sectores, possam levar a aumentar a produção, a poupar recursos, a eliminar desperdícios, gastos inúteis ou dispensáveis, a diminuir ou liquidar situações deficitárias e a substituir por produtos nacionais já produzidos ou a produzir, artigos, matérias-primas ou equipamentos actualmente importados.

Segundo dados do princípio da passada semana, cerca de 800 reuniões foram já realizadas no país, destacando-se os plenários dos trabalhadores de grandes empresas como a SOREFAME, MAGUE, PETROGAL, CEL-CAT, COVINA, na zona de Lisboa, bem como as contribuições dos trabalhadores e técnicos de empresas douradas zonas do P. J. Gonçalves, Estaleiros de Viana do Castelo, Lisnave, CUF, Mundet, Vista Alegre, F. Ramada, Celulose de Cacia, Lanifícios da Covilhã. Problemas da agricultura e da Reforma Agrária foram examinados em mais de uma centena de reuniões de camponeses, trabalhadores rurais, membros de cooperativas e trabalhadores de unidades colectivas, tanto do Norte como do Alentejo. Mais de 400 contribuições escritas, com conclusões de debate, propostas concretas, apreciações, feitas na base das reuniões realizadas ou individualmente, comprovam a grande amplitude que está tomando o debate preparatório da Conferência.

Por estes dados se pode ver que a preparação da Conferência se encontra, neste momento, numa fase adiantada. A volta desta iniciativa do PCP regista-se uma intensa actividade das suas

organizações e o grande interesse dos trabalhadores e dos técnicos que nela vêm, muito justamente, uma oportunidade de contribuir com a sua experiência, a sua capacidade e a sua opinião, para a procura de soluções para os graves problemas económicos que hoje ameaçam a democracia e pesam seriamente sobre as condições de vida do povo português.

A Conferência Nacional do PCP foi convocada na sequência do Plenário do Comité Central do nosso Partido de 3 e 4 de Abril

e o seu objectivo fundamental é, por um lado, contribuir para a definição das grandes linhas de uma política económica nacional que esteja em condições de fazer frente aos problemas fulcrais da economia portuguesa e, por outro lado, apontar, no concreto, as medidas a tomar tendo em vista a redução do défice da balança de pagamentos, o equilíbrio da economia nacional e o aumento da produção numa perspectiva de desenvolvimento.

Por todas estas razões, o Partido Comunista Português renova o seu

apelo a todos os trabalhadores e aos técnicos progressistas para que participem activamente neste grande debate sobre os problemas económicos do nosso país, contribuindo com o seu trabalho e com a sua opinião para mostrar que, com os trabalhadores e com um grande esforço nacional, é possível vencer as dificuldades actuais e sair da crise, garantindo as conquistas da revolução e defendendo a democracia portuguesa e o seu prosseguimento no caminho do socialismo.

PRÉMIO LÉNINE DISTINGUE COMBATENTES DA PAZ



S. Machel

A. Neto

J. Kadar

O Prémio Lénine da Paz foi atribuído este ano a sete pessoas. Não pelas suas palavras. Mas pelo seu esforço de longos anos ao serviço da Paz no mundo, cada uma delas combatendo do seu modo todas as formas de opressão que persistem no planeta.

O presidente Samora Machel, de Moçambique, o presidente Agostinho Neto de Angola, figuras prestigiadas juntos dos seus povos e junto de todos aqueles que pelo mundo continuam a bater-se pela libertação, foram dois dos homenageados com o mais importante Prémio da Paz.

Os outros foram Sean Macbride, antigo comissário das Nações Unidas para a Namíbia, Horténsio Allende, viúva do presidente assassinado pelos fascistas no Chile, Janos Kadar, 1.º Secretário do Partido Comunista Húngaro, o poeta comunista grego Yannis Ritsos e ainda Pierre Pouyade, antigo combatente da Força Aérea Francesa Livre na frente soviética, durante a Segunda Guerra Mundial.

LIVROS DA URSS EM C. BRANCO

Manter-se-á aberta até ao próximo dia 10, numa das salas da Assembleia de Castelo Branco, a exposição do Livro Técnico Soviético, que já foi visitada por centenas de pessoas.

O certame, que foi inaugurado no passado dia 15 de Abril numa cerimónia onde estiveram presentes muitos sócios daquela prestigiada colectividade cultural e recreativa, está patente ao público todos os dias da semana, das 15 às 23 horas.

Hoje decorrerá no local da exposição uma sessão de convívio para assinalar a visita de um representante da editora soviética «Mejdonarodnia Kniga».

CONFERÊNCIA NA «PORTUGAL-URSS»

A Associação Portugal-URSS promove amanhã, a partir das 21 e 30, na sua sede (Rua de S. Caetano, 30, Lisboa-3), uma conferência subordinada ao tema «As Forças Armadas Soviéticas na construção pacífica socialista».

Será feita uma intervenção pelo adido militar da embaixada da União Soviética, Coronel Evlampiev.

CAMARADAS DO PSUA EM PORTUGAL

A convite do Partido Comunista Português encontra-se no nosso país uma delegação da Direcção Distrital de NeuBrandenburg do Partido Socialista Unificado da Alemanha (República Democrática Alemã), composta pelos camaradas Gerard Muller, membro do Comité Central e 2.º Secretário da Direcção Distrital de

NeuBrandenburg, Fritz Dhallmann, membro do Comité Central e Jurgen Gundlach, igualmente membro da Direcção Distrital.

Esta visita insere-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Unificado da Alemanha.

CINEMA SOCIALISTA

Por iniciativa das Associações «Portugal-Bulgária, Portugal-Checoslováquia, Portugal-Cuba, Portugal-RDA e Portugal-URSS», começa amanhã na sala do Universal, em Lisboa, a «Semana do Cinema Socialista», dedicada ao Dia da Vitória sobre o Nazifascismo.

As sessões realizam-se às 15, 18 e 21 horas, estando prevista a projecção dos seguintes filmes: amanhã — «O Corno de Cabra» (Bulgária), «Sokolovo» (Checoslováquia) e «Cantata de Chile» (Cuba); sábado — «A Morte tem um rosto» (RDA), «A

O Código Administrativo de Marcelo Caetano foi feito para impor às autarquias um verdadeiro colete de forças.

Defendemos que deveria ser publicada antes das eleições uma lei de atribuições e competências das autarquias.

Insistimos que se passe às soluções definitivas através da institucionalização das regiões administrativas para que possamos sair do domínio do provisório e das improvisações.

A direita esforça-se para que as Assembleias não funcionem ou funcionem o menos possível.

Nós defendemos que deveria ser publicada, antes das eleições, uma lei de atribuições e competências perfeitamente clara e em conformidade com a Constituição. Os decretos-leis que o Governo apresentou o 701-A/76 e 701-B/76, de 29 de Setembro — sobre estrutura, funcionamento e processo eleitoral dos órgãos do poder local, não eram de modo algum satisfatórios. Contudo, tivemos que votar a sua ratificação sob pena de não serem cumpridos os prazos constitucionalmente estabelecidos e, portanto, as eleições não se realizarem na data prevista. Nós pensávamos que não se deviam criar precedentes de não cumprimento da Constituição e, aliás, apesar de todas as reservas que estes decretos-leis nos mereciam, termos votado pela sua ratificação.

Esperávamos, porém, que imediatamente a seguir, o Governo apresentasse, como se comprometera, um projecto de lei sobre as atribuições, competências e funcionamento dos órgãos de poder local. Chegámos mesmo a tomar conhecimento de uma proposta de lei do Ministério da Administração Interna que, em numerosos aspectos, era bastante positiva. No entanto, passaram-se meses sem que o Governo tenha apresentado

dos executivos; a existência de um mínimo de vereadores a tempo permanente a ser fixado pela Assembleia Municipal e que pode ser feita segundo um método de representação proporcional; o PPD, contrariando a Constituição, propõe no seu projecto que a eleição se faça por lista completa, pondo assim termo à situação actual em que existem membros de várias forças políticas nas Câmaras, cooperando em geral de forma bastante satisfatória. O que leva aquele partido a propor este sistema não é querer a eficiência das Câmaras, mas sim calar a voz às forças democráticas que nas autarquias locais, mesmo nas regiões onde a reacção oprime ainda o nosso povo, demonstram na prática quem é quem não é de facto defensor dos interesses populares e das liberdades democráticas.

O PPD pretende, igualmente, pôr termo a uma situação em que se verifica uma estreita cooperação entre eleitos de vários partidos e tendências e em que os trabalhadores, os camponeses, os pequenos e médios comerciantes e industriais verificam na prática que as intenções e processos de acção dos comunistas e dos seus mais próximos aliados são profundamente diferentes daqueles que os fascistas e anticomunistas de vários matizes lhes querem fazer crer. Em suma, nós estamos profundamente interessados em tudo o que contribua para a unidade e coesão do povo português. O PPD está interessado num tipo de partidarização que divida o nosso povo.

Mas são vários os pontos do projecto do PPD que entram em choque com a Constituição. Assim, por exemplo, a Junta de Freguesia é, segundo a Constituição, um órgão executivo e a Assembleia um órgão deliberativo. No entanto, o PPD pretende dar competência ao presidente da Junta de Freguesia (repare-se que é o presidente e não a Junta) para executar as deliberações da Junta. Note-se que não é da Assembleia. Esta norma contraria abertamente o princípio da colegialidade e do carácter deliberativo das Assembleias que a Constituição claramente estabelece.

Segundo o projecto do PPD, também o presidente da Câmara teria competência para executar as deliberações da Câmara, não obstante ser ela própria um órgão do poder executivo e dever funcionar colegialmente.

Estas propostas do PPD têm uma explicação. Significam que a direita não está interessada no funcionamento democrático dos órgãos do poder local; que se